



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CLARA BATISTA DOS SANTOS

**OS PERCALÇOS DA MULHER NA SOCIEDADE:
O Bildungsroman Feminino em As Três Marias de Rachel de Queiroz**

Recife
2023

CLARA BATISTA DOS SANTOS

**OS PERCALÇOS DA MULHER NA SOCIEDADE:
O Bildungsroman Feminino em As Três Marias de Rachel de Queiroz**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Literários.

Orientadora: Prof. Dra. Karine da Rocha Oliveira

Recife

2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

S237p Santos, Clara Batista dos
Os percalços da mulher na sociedade: o *Bildungsroman* feminino em
As Três Marias de Rachel de Queiroz / Clara Batista dos Santos. – Recife,
2023.
95f.

Sob orientação de Karine da Rocha Oliveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras,
2023.

Inclui referências.

1. Autoria feminina. 2. *Bildungsroman*. 3. *As Três Marias*. 4. Mulher e
Sociedade. 5. Rachel de Queiroz. I. Oliveira, Karine da Rocha
(Orientação). II. Título.

809 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2023-55)

CLARA BATISTA DOS SANTOS

**OS PERCALÇOS DA MULHER NA SOCIEDADE:
O Bildungsroman Feminino em As Três Marias de Rachel de Queiroz**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Literários.

Aprovada em: 28/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Karine da Rocha Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Yuri Jivago Amorim Caribé (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a Maria Suely de Oliveira Lopes (Examinadora Externa)
Universidade Estadual do Piauí

A todas as mulheres que sofreram e sofrem os
percalços oriundos do patriarcado.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Imaculada Conceição a quem direciono as minhas orações e encontro forças e ânimo.

À minha mãe, Margarida, e ao meu pai, Leonilson, por sempre acreditarem em mim e fazerem até o impossível pela educação de suas filhas. A vocês, gratidão eterna.

À minha irmã, Magna, por todos os sonhos que partilhamos e realizamos juntas e por abrir caminhos em meio aos costumes patriarcais, superando os entraves sociais e provando a força da mulher independente.

Aos meus tios, Antônio Batista e Leônidas Batista, por todo incentivo e dedicação e por todas as contribuições na minha formação enquanto pessoa e enquanto profissional.

Às minhas amigas, Bel e Moniza, por todo incentivo e por dividirem comigo as dores e as alegrias desde o Ensino Fundamental. Obrigada, meninas por todas as conversas e direcionamentos, obrigada também pela paciência e por estarem sempre presentes durante a construção dessa pesquisa.

A Cleiton por ser meu ponto de equilíbrio e minha calma. Gratidão pelo carinho, compreensão e confiança em mim depositada.

Ao meu primo Lucas Renan, por ouvir sempre minhas angústias e alegrias e pela confiança ao partilhar as suas. Obrigada por toda parceria e por todos os momentos incríveis que vivi ao seu lado.

Agradeço a todos os amigos que construí ao longo da minha trajetória, em particular André Roberto por sempre segurar em minha mão e me incentivar, mesmo que distante geograficamente.

À minha orientadora, Karine Rocha, pela paciência, pelas contribuições e observações. Gratidão, principalmente por ser essa referência de mulher, e pesquisadora.

Ao professor Yuri Caribé e a professora Maria Suely pela disponibilidade em compor a banca avaliadora desta pesquisa. Gratidão!

A André Gustavo, por suas ricas contribuições para esta pesquisa, por ampliar minha visão sobre o contexto histórico e, principalmente, obrigada por nossas boas e sinceras conversas durante a escrita. Gratidão também por todo

incentivo, por me tranquilizar, ouvir minhas queixas e me fazer acreditar que é possível.

Aos estudantes do 3º ano da EREM Cornélio Soares (2022), em especial, Junior Vieira, pelos estímulos nos momentos de desânimo e pela leveza e apoio que encontrei em seu abraço.

A Escola Literato, em especial, Eduardo Bruno, gratidão por todos os conselhos e direcionamento espiritual que me destes.

Ao professor João Paulo por todas contribuições na minha formação acadêmica desde a graduação, em especial por despertar e alimentar a ambição de um mestrado.

Por fim, a todos que fazem parte do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL-UFPE) e a todos que contribuíram direto e indiretamente para a construção dessa pesquisa.

“Seja qual for a matéria de que as nossas almas são feitas, a minha e a dele são iguais.” (BRONTË,1847, p. 83)

RESUMO

Este trabalho buscou refletir sobre a condição da mulher na sociedade a partir do Romance, *As Três Marias* (1939), da escritora Modernista, Rachel de Queiroz. Para tanto, analisamos como ocorre a formação da mulher a partir do conceito de *Bildungsroman*, bem como sua variação feminina a partir dos conceitos de Pinto (1990), Maas (2000) e Coqueiro (2014). Analisamos as diferenças sociais comuns aos gêneros, como também os entraves enfrentados pelas mulheres escritoras do século XX. Tratamos de uma variante do romance e visitamos os estudos de Bakhtin (1997), Lukács (2000), e Todorov (2009) os quais – ao analisarem as circunstâncias locais e sociais das épocas – conectam literatura aos estudos históricos e, dessa forma, a vida do herói à realidade. Antes de focar nossa análise no romance pretendido, observamos escritoras, como as irmãs Brontë e Virginia Woolf, para as discussões sobre mulher e ficção, bem como algumas escritoras brasileiras, como Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida, que tiveram suas obras silenciadas por serem mulheres. A partir disso, pensamos como as questões de gênero norteiam as trajetórias das escritoras e como isso é percebido nas personagens femininas e nas suas mudanças interiores. O Romance de Formação Feminino carrega as marcas do patriarcado e, nessa perspectiva, analisamos como acontece a formação das personagens femininas no romance brasileiro, especificamente na narrativa de Rachel de Queiroz. Além disso, o texto aponta como se dá a educação feminina dedicada em preparar a mulher para a vida familiar. Para tanto, analisamos a gênese do patriarcado no Brasil, a partir da formação econômica de base açucareira e escravista, em que o homem era a força máxima desse sistema. Para entendermos o contexto histórico, recorremos aos estudos históricos realizados por: Bloch (2001) Acordi (2007), MAIA, (2007), Schwarcz, Starling, (2015), Fraccaro (2018) e Esteves (2020). Visitamos, também, as legislações que, por muito tempo, colocavam a mulher como propriedade de uma figura masculina, não lhes dando possibilidades além do casamento, e as que tentavam a subversão sofriam o abandono social. Em *As Três Marias*, investigamos essas questões a partir do encontro de experiências das três meninas após ingressarem em um colégio interno, como também seus caminhos quando adultas. Por ser ambientado em um espaço educacional repleto de julgamentos e exclusões, torna-se possível analisar os percalços enfrentados pela mulher diante das

concepções sociais tradicionais. O ambiente externo ao Colégio mostra como essas convenções não se restringem ao ambiente educacional. No tocante aos estudos sobre a condição da mulher na sociedade, atendemos às concepções de Simone de Beauvoir (1967), Holanda (2012) (2022), dentre outros teóricos que levam essas reflexões para o campo literário.

Palavras-chave: Autoria feminina; Bildungsroman; As Três Marias.

ABSTRACT

This paper aims to reflect upon the condition of women in society based on the novel *The Three Marias* (1939), by modernist writer, Rachel de Queiroz. In order to do so, how the formation of women happens will be analyzed from the concept of *Bildungsroman*, as well as its feminine variation as from the concepts of Pinto (1990), Maas (2000) and Coqueiro (2014). The social differences common to the genres will be analyzed, as well as the barriers faced by women writers of the 20th century. The paper treats of one of the novel's variant and visits the studies of Bakhtin (1997), Lukács (2000) and Torodov (2009) all of who – when analyzing the local and social circumstances of periods – connect literature to historical studies and, by doing so, the protagonist's life to reality. Before focusing on said novel, writers such as the Brontë sisters and Virginia Woolf will be brought to the discussions regarding women and fiction; as well as some Brazilian writers, such as Maria Firmina dos Reis and Júlia Lopes de Almeida, whom had their works silenced for being women. Based on that, this work deliberates on how gender issues guide the trajectories of the writers and how this is perceived in female characters and their inner changes. The Feminine Formation Novel carries marks of the patriarchy and, in this perspective we intend to analyze how the formation of feminine characters happens in Brazilian literature, especially in Rachel de Queiroz's narrative. Besides that, the text points to how women education is focused on preparing them to domestic life. In order to do so, this paper analyzes the genesis of patriarchy in Brazil from the economic formation of the slaveholder and sugar industry, a system in which man was the maximum force. In order to understand the historical context, historical studies by Bloch (2001), Acordi (2007), MAIA (2007), Schwarcz, Starling (2015), Fraccaro (2018) and Esteves (2020) were considered and used. We also visit legislations that for long had put women as property of a male figure, not giving them any possibilities besides marriage and, for those who tried subversion; social exclusion. In *The Three Marias*, we will investigate said questions based on the encounter of experiences of the three girls after entering a boarding school, and also their paths as adult women. Since it is settled in an educational space filled with judgments and exclusions, we are able to analyze the adversities faced by women before traditional social conceptions. The external ambient shows how these conventions are not restricted to

the school's surroundings. Regarding the studies about the condition of women in society, we will attend to the conceptions of Simone de Beauvoir (1967), Hollanda (2012) (2022), among other theorists that bring these reflections to the literary field.

Keywords: Feminine writing, Bildungsroman; The Three Marias.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A CONSTRUÇÃO DO ROMANCE DE FORMAÇÃO.....	17
2.1	O QUE É O BILDUNGSROMAN	17
2.2	ROMANCE DE FORMAÇÃO DE AUTORIA FEMININA	23
2.3	O BILDUNGSROMAN FEMININO NO BRASIL	27
2.4	O CONSTANTE DESDOBRAR-SE DE RACHEL DE QUEIROZ.....	36
3	A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL	45
3.1	A GÊNESE DO PATRIARCADO BRASILEIRO.....	45
3.2	OS ENTRAVES FEMININOS PERPETUADOS POR LEGISLAÇÕES DE BASES PATRIARCAIS.....	52
3.3	O ABISMO ENTRE MULHERES SOLTEIRAS E CASADAS E A PERMANÊNCIA DO ABANDONO SOCIAL.....	60
4	O CASAMENTO VERSUS O ABANDONO SOCIAL NA FORMAÇÃO DA MULHER.....	66
4.1	ÀS SOMBRAS DE UMA ÉPOCA: A EDUCAÇÃO FEMININA EM AS TRÊS MARIAS.....	66
4.2	A RESISTÊNCIA DE MARIA AUGUSTA AOS VALORES VIGENTES.....	77
4.3	A CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE, SEGUNDO BEAUVOIR	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	92

1 INTRODUÇÃO

As três Marias, sem aviso prévio e sem razão aparente, indica a volta a um determinado ponto de partida. Uma volta a um tempo/memória afetivo, à infância, ou, melhor, uma volta a algum rito de passagem difícil de transpor. A separação da família, a solidão e os medos de uma menina neste universo sempre hostil que é o universo dos internatos de moças [...]

Carta aberta à Rachel de Queiroz,
por Heloisa Buarque de Hollanda.

Inicialmente ambientado em um Colégio de meninas, o Romance de Rachel de Queiroz, *As Três Marias* (1939), é o ponto de partida deste trabalho. As histórias dramáticas de vida, bem como os impulsos libertários, nortearam a trajetória das três Marias e também as discussões aqui apresentadas.

O romance narra a trajetória das três Marias, Maria Augusta, Maria José e Maria da Glória, três meninas que inicialmente tiveram uma vida reclusa. Elas cresceram em um internato rodeadas de proibições, aprenderam os ensinamentos religiosos e as virtudes para serem senhoras, donas de casas e mães de família. A narrativa nos permite acompanhar as três meninas desde a infância, quando se conhecem em um colégio tradicional da época, no início do século XX, até a fase adulta.

Nesse ínterim, acompanhamos as questões emocionais que envolvem a formação dessas meninas, bem como os dramas, os relacionamentos conturbados, relações com a religião, com o casamento e com os percalços sociais enfrentados por elas na vida adulta, quando saem do confinamento.

O título da obra é intencional e sugestivo, Maria é um nome tradicional e comum às mulheres, usado para representar o feminino e visto como um símbolo de pureza, o segundo nome de cada uma das meninas é o que as diferenciam. Mesmo criadas no mesmo colégio, recebendo a mesma educação, elas têm opiniões, personalidades e destinos diferentes, mas sempre unidas.

Por isso, receberam esse apelido “as três Marias”, fazendo uma alusão às três estrelas da constelação de Orion, o que causou satisfação para essas três meninas: “e a nossa comparação com as estrelas foi como uma embriaguez nova, um pretexto para fantasias e devaneios. Adotamos superiormente a divisa. Nos livros, nos cadernos, três estrelas desenhadas juntas eram o símbolo: as três Marias do céu.” (QUEIROZ, 2021, p. 47).

O segundo nome das meninas é o que as diferenciam e também as representam: Maria da Glória é descrita como a mais alta, a mais bela e mais rica e, dessa forma, a que mais brilha, ela é a representação da mulher do início do século XX, dedicada à família que segue os padrões sociais. Maria José é a personagem que menos brilha, sempre devota, tem dificuldades com o seu lado feminino, sempre presa às convenções religiosas. Maria Augusta, a Guta, que é a protagonista nos conta a história, ela representa o equilíbrio, sempre analisando as situações, sempre atenta ao comportamento das pessoas e, sobretudo, ao papel da mulher em sua época que, por sua vez, causa-lhe insatisfação.

Dessa forma, as três meninas se reconhecem como essas três estrelas, distintas e unidas, brilhando em diferentes intensidades, justificadas pelas suas singularidades:

À noite, ficávamos no pátio, olhando as nossas estrelas, identificando-nos com elas. Glória era a primeira, rutilante e próxima. Maria José escolheu a da outra ponta, pequenina e trememente. E a mim me coube a do meio, a melhor delas, talvez; uma estrela serena de luz azulada, que seria decerto algum tranquilo sol aquecendo mundos distantes, mundos felizes, que eu só imaginava noturnos e lunares. (QUEIROZ, 2021, p. 47)

Maria Augusta sonha em experimentar a vida, ser livre em suas falas e escolhas e, com isso, é constantemente criticada, ela é a voz da própria Rachel de Queiroz na sua obra. A autora narra suas preocupações enquanto escritora e enquanto mulher, compartilhando, assim, muitas experiências com sua personagem, tanto na sua formação, como na resistência aos padrões vigentes.

Imersas em um universo educacional tradicional, as meninas recebem uma “educação negativa” que as aprisionam de suas vontades, criando assim expectativas de fuga. No entanto, a complexidade social lhes mostram que na verdade não é o Colégio, mas sim, a condição da mulher na sociedade que as aprisionam.

Para tais discussões, é importante consultar postulados de autores que refletem sobre o gênero *Bildungsroman*, termo alemão que designa Romance de Formação, como é classificado o romance aqui analisado. É pertinente levar em consideração que o *Bildungsroman* tradicional atendeu às ambições burguesas e, dessa forma, foi reconhecido como um gênero masculino. O sentido da vida do herói

é a ascensão a partir do autoconhecimento, porém, na variante feminina, o gênero sofre alterações, uma vez que os entraves sociais não permitem à mulher o mesmo sucesso social.

À vista disso, no que tange a estrutura deste trabalho, este se divide em três capítulos: no primeiro, intitulado: *A construção do Romance de Formação*, traremos as discussões sobre o surgimento e a consolidação do *Bildungsroman* feminino embasado nos estudos de Pinto (1990), Maas (2000) e Coqueiro (2014). Sobre os elementos que compõem o Romance moderno, visitaremos as teorias de Lukács (2000) e Bakhtin (1997). E ainda, traremos aqui as concepções sobre a mulher e a literatura assentadas por Virginia Woolf (2013) e (2014), como norte para a reflexão acerca da posição social da mulher, bem como a personalidade de “Anjo do Lar”, discreta, e submissa às vontades de uma figura masculina.

Na sociedade patriarcal do século XX, o espaço físico destinado à mulher não favorecia o surgimento de uma escritora, os afazeres domésticos, a obediência ao matrimônio e à maternidade castram as experiências femininas, influenciando assim, os romances de autoria feminina dessa época. Para Galbiati (2011), a mulher que fugisse das convenções sociais tinha destinos desafortunados, eram abandonadas socialmente e tinham sua trajetória marcada por mortes, suicídio, loucura e solidão.

Após essa apresentação do *Bildungsroman* tradicional e a variação feminina, focaremos nosso estudo no contexto nacional. Desde a publicação do primeiro romance de autoria feminina (*Úrsula*, 1859, de Maria Firmina dos Reis), passando por outras escritoras como: Lúcia Miguel Pereira, Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles, até chegarmos à Rachel de Queiroz e, especificamente, ao romance aqui priorizado.

Posteriormente, no segundo capítulo, intitulado: *A Educação Feminina No Brasil*, traremos o surgimento do patriarcado no Brasil, bem como as condições sociais, econômicas e políticas que preservaram a supremacia do masculino, desde o momento de formação e consolidação do Estado brasileiro. Observaremos também, como se deram as relações sociais durante Primeira República e a Era Vargas, contexto histórico que foi cenário para a carreira literária e política da escritora Rachel de Queiroz. Os estudos históricos realizados por: Bloch (2001) Acordi (2007), Maia, (2007), Schwarcz, Starling, (2015), Fraccaro (2018) e Esteves (2020) nortearam essa etapa da pesquisa.

Ademais, fez-se necessário visitarmos as legislações vigentes nessa época, para assim compreendermos os percalços femininos perpetuados pelas legislações de bases segregacionistas e patriarcais que limitavam o direito das mulheres, colocando-as em posição de submissão: Constituição da República Dos Estados Unidos do Brasil, (1934), (1937); Consolidação das Leis Trabalhistas, (1943) e Código Civil, (1916). O momento histórico, tal como as legislações serão cruciais para entendermos como a mulher foi, de diversas formas, direcionada à vida matrimonial, e como o abandono social foi o resultado das tentativas de subversão feminina.

Diante disso, no terceiro capítulo: *O casamento versus o abandono social na formação da mulher*, discutiremos como o tradicionalismo e as orientações sociais conduzem a formação das personagens femininas do romance de Rachel de Queiroz. Além disso, observaremos as concepções sociais dentro e fora do Colégio, elucidando tais afirmações com trechos da obra.

Nessa formação feminina, até a roupa se torna um símbolo de pureza e obediência. Os ensinamentos que as moças recebiam dentro do colégio eram concepções sociais que aprisionavam seu gênero socialmente. O sucesso feminino é compreendido como a aceitação na sociedade a partir da dedicação familiar, de tal forma que a resistência a esse papel tinha como consequência o abandono social.

Com isso, chegaremos à teoria da filósofa francesa, Simone de Beauvoir, que, por sua vez, discute como ocorre a distinção social dos sexos e como o feminino é construído socialmente como o “Outro sexo”. Observaremos, ainda, como as armadilhas discursivas determinam as trajetórias femininas e como a mulher casada é enxergada em contraste com a mulher solteira dentro de uma sociedade patriarcal, a partir da formação das três Marias.

Este trabalho dissertativo se justifica pela necessidade de estudarmos tal gênero sob a ótica da mulher na sociedade, pondo em evidência as limitações sociais relativas ao gênero e com isso impacta, até hoje, a nossa estrutura de sociedade

2 A CONSTRUÇÃO DO ROMANCE DE FORMAÇÃO

A mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende mesmo escrever ficção; e isso, como vocês irão ver, deixa sem solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção. Esquivei-me ao dever de chegar a uma conclusão sobre essas duas questões — a mulher e a ficção, no que me diz respeito, permanecem como problemas não solucionados. (WOOLF, 2014, p. 8).

Neste capítulo, abordaremos concepções pertinentes ao *Bildungsroman*, atentando, essencialmente, para o seu conceito principal, o seu contexto sociocultural de surgimento e construção e, também, para os principais desdobramentos que esse gênero tem socialmente. Além disso, versaremos sobre os romances de formação de autoria feminina, avistando as implicações socioculturais dessas escritas na literatura. Por fim, abordaremos o *Bildungsroman* no Brasil, até chegarmos à escritora que nos fornece base analítica para a construção deste trabalho dissertativo: Rachel de Queiroz.

2.1 O QUE É O BILDUNGSROMAN

O Romance de Formação foi inaugurado na Alemanha no século XVIII, com a publicação da obra “*Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister*” (1795), de Goethe, e configura-se como um tipo de narrativa que acompanha a trajetória de um personagem em busca do aperfeiçoamento humano. Todavia, desponta na crítica literária apenas em 1810, quando o professor de filologia clássica, Kall Morgenstern, usa o termo “*Bildungsroman*”, o qual “desvenda-se como instituição social, como um mecanismo de legitimação de uma burguesia incipiente, que quis ver refletidos seus ideais em um veículo literário (o romance) que apenas começara a se firmar”. (MASS, 2000 p. 17).

A expressão é composta por *Bildung* (formação) e *Roman* (romance). Segundo Galbiati (2011, p. 02), o conceito de *Bildung* está ligado à jornada na qual a personagem principal se desenvolve e busca sua integração no meio social. O processo de amadurecimento é complexo e o romance de formação narra os conflitos entre os desejos da personagem e os julgamentos sociais. Maas (2000) retoma o pensamento do professor Morgenstern:

Tal forma de romance poderá ser chamada de *Bildungsroman*, sobretudo devido a seu conteúdo, porque ela representa a formação do protagonista em seu início e trajetória em direção a um grau determinado de perfectibilidade; em segundo lugar, também porque ela promove a formação do leitor através dessa representação, de uma maneira mais ampla do que qualquer outro tipo de romance. (MAAS, 2000, p. 46)

O Romance de formação é um gênero com excelência realista que surgiu como um instrumento de valorização burguesa. Assim, o intuito dessa modalidade narrativa era retratar o surgimento e ascensão da burguesia; fator que nos permite constatar as relações sociais que permeiam o desenvolvimento e os interesses dessa classe social. Em fase disso, esse gênero delineia temas pertinentes a esses quadros socioculturais.

À vista disso, o *Bildungsroman* teve seu início marcado pelas ambições da burguesia alemã, portanto, “a crítica literária compreendeu o *Bildungsroman* como um gênero masculino e tipicamente alemão” (COQUEIRO, 2014, p. 22). O processo de formação acontece de maneira gradual, por meio de vivências complexas e também cotidianas que se conectam. Desse modo, através da totalidade do romance, encontra-se a totalidade real do mundo e da história.

Mikhail Bakhtin, em seu livro “Estética Da Criação Verbal (1997)”, esclarece esse vínculo da literatura com a realidade, ao passo que busca as raízes do romance, suas classificações, bem como o destaque nos estudos históricos. O autor faz uma classificação histórica do gênero baseado no herói principal: “romance de viagem, romance de provas, romance biográfico (autobiográfico) e romance de educação ou formação” (BAKHTIN, 1997, p. 224)

Os dados biográficos dos protagonistas – acompanhados das circunstâncias, dos locais e das épocas – conectam a vida do herói à realidade. Coqueiro (2014, p. 27), salienta que “Bakhtin (2011) apresenta uma definição bastante funcional do romance de formação, uma vez que se atém a elementos da estrutura narrativa como protagonista, enredo, tempo e espaço, não desvinculando, entretanto, a forma do conteúdo.”

Na concepção Bakhtiniana o homem se forma e se desenvolve no interior de uma época e o mundo é o ponto de referência para o homem em desenvolvimento, o processo de amadurecimento e autoconhecimento acontece atrelado às convenções históricas e sociais. Como é possível asseverar:

As mudanças por que passa o herói adquirem importância para o enredo romanesco que será, por conseguinte, repensado e reestruturado. O tempo se introduz no interior do homem, impregna-lhe toda a imagem, modificando a importância substancial de seu destino e de sua vida. Pode-se chamar este tipo de romance, numa acepção muito ampla, de romance de formação do homem. (BAKHTIN, 1997, p. 237)

A análise Bakhtiniana versa sobre os elementos que compõem o Romance e como o caráter realista, as mudanças históricas, culturais e sociais estão conectadas à ascensão do Romance de Formação, uma vez que “a evolução do homem é indissolúvel da evolução histórica” (BAKHTIN, 1997, p. 239). Ao passo que o gênero romance evolui com a realidade histórico-cultural, os vínculos entre essa forma literária e os estudos históricos se acentuam.

Os elementos composicionais do romance – tais como o tempo e o espaço – são, para Bakhtin, a expressão de uma época e, por isso, as mudanças na vida do herói acompanham as mudanças sociais. No romance de formação, “a imagem do herói já não é uma unidade estática, mas, pelo contrário, uma unidade dinâmica. Nesta fórmula de romance, o herói e seu caráter se tornam uma grandeza variável” (BAKHTIN, 1997, p. 237); diferentemente de outras variantes do gênero romanesco, em que o herói é uma grandeza constante. Nesses casos, mesmo que o ambiente e as relações sociais mudem, o herói se mantém imóvel e constante não há formação, uma vez que não basta apenas mudar o destino da personagem, mas também sua identidade.

Bakhtin considera que o herói do Romance de Formação deve ser uma grandeza variável, tal como o tempo e o espaço que se formam e se transformam no decorrer da narrativa. As mudanças físicas do ambiente são combinadas às mudanças interiores do homem – costumes e ideias – que juntas compõem o Romance de Formação.

A aptidão para ver o tempo, para ler o tempo no espaço, e, simultaneamente, para perceber o preenchimento do espaço como um todo em formação, como um acontecimento, e não como um pano de fundo imutável ou como um dado preestabelecido. [...] O artista decifra nelas os desígnios mais complexos do homem, das gerações, das épocas, dos povos, dos grupos e das classes sociais. (BAKHTIN, 1997, p. 244)

Dessa maneira, “os indícios da marcha do tempo” (BAKHTIN, 1997, p. 244) são revelados, desde movimentos simples da natureza até convenções sociais de uma época, uma vez que o homem, e tudo que está em sua volta, são grandezas variáveis que estão em constante formação.

Ademais, é pertinente visitar os estudos de Georg Lukács (2000), ao tratar de Romance e levar em consideração sua concepção de Romance de Formação por ele denominado “Romance de Educação”. O mundo contemporâneo tem defeitos, possibilidades e uma vastidão de incógnitas, por isso as narrativas são complicadas, e o romance surge para contá-las. Sob essa ótica de observação, o herói não tem mais um destino a cumprir, sendo assim responsável por sua trajetória. O texto de Georg Lukács (2000) é uma lente para acompanharmos a evolução da epopeia, como esse universo de escrita vai se expandindo até chegar ao mundo contemporâneo capitalista. Isto é, até chegar ao surgimento do romance, uma forma de narrar histórias diferentes e bem mais complexas, ou seja, gêneros diferentes em sociedades diferentes.

A construção do romance perpassa pela construção da jornada do herói. A partir da análise de si mesmo e da sociedade em que vive, o herói determina suas motivações e necessidades, para então partir em busca do autoconhecimento. As motivações surgem do seu próprio eu, diante da sociedade, e o herói sai em busca de soluções. Ao longo da história, ele encontra entraves que testam suas capacidades e as questões sociais entrecruzadas criam novos caminhos para a narrativa.

O romance moderno não tem mais a figura do herói que age pensando no todo, em prol da sociedade por ser influenciada por ela, a sociedade burguesa cria um novo perfil de herói. Para (Lukács, 2000, p, 89), o “romance é a epopeia do mundo abandonado por deus”, pois os resultados – satisfatórios ou não – são frutos da individualidade que direciona as narrativas, e o herói do romance age seguindo seus princípios e vontades. Dessa forma, o sentido da vida do herói do romance é o autoconhecimento característico do Romance de Formação. Como salienta (Lukács 2000, p. 82) “o processo pelo qual foi concebida a forma interna do romance é a peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo”.

À luz dessa perspectiva, o herói encontra caminhos para o seu crescimento, e os incentivos são vontades e questionamentos próprios. Assim, é pertinente pontuar

que os seus objetivos norteiam as ações. A totalidade do romance se completa por meio dessas ações e os conflitos que as cercam:

Chamou-se essa forma de romance de educação. Com acerto, pois a sua ação tem de ser um processo consciente, conduzido e direcionado por um determinado objetivo: o desenvolvimento de qualidades humanas que jamais floresceriam sem uma tal intervenção ativa de homens e felizes acasos; pois o que se alcança desse modo é algo por si próprio edificante e encorajador aos demais, por si próprio um meio de educação. (LUKÁCS, 2000, p. 141)

No gênero romanesco, as ações também são influenciadas pela realidade social. Em cada etapa da jornada do herói; isto é, do percurso e o crescimento da personagem ao longo da história, o herói cresce e encontra as ferramentas necessárias para seguir, ao passo que se depara com possibilidades condicionadas pela posição social. É importante salientar que, até então, estamos explorando o *Bildungsroman* masculino, bem como o desenvolvimento de personagens homens, por isso, a ascensão social é tão notável na narrativa.

O Romance de Formação é considerado um gênero tradicionalmente masculino que surgiu, essencialmente, como uma forma de expandir os princípios da sociedade alemã que, por sua vez, visavam à formação de um novo cidadão. A formação do jovem alemão era representada na narrativa pelas personagens masculinas, o que fez do *Bildungsroman* um gênero com uma função educativa. Tal como define Kall Morgenstern, não só pela temática, mas também “pela intenção pedagógica da obra de contribuir para a educação e formação da pessoa que lê. Embora não mencione explicitamente a função didática que o ‘*Bildungsroman*’ pode exercer sobre o público leitor.” (PINTO, 1990, p. 11).

Frente a isso, o gênero assume uma função pedagógica ao passo que representa a classe de intelectuais e versa acerca da formação intelectual e moral do jovem burguês. O cidadão ao buscar riquezas, espelhava-se naquele modelo representado na literatura e, assim, expandia os pensamentos burgueses.

A compreensão do termo *Bildungsroman* carrega em si a ideia de aprimoramento e formação do caráter do jovem cidadão. Desde a infância até a maturidade, o herói romanesco busca sua missão no mundo, durante esse processo, ele passa por inquietações, escolhas, erros, acertos, conflitos e diversas experiências até construir sua identidade. “A formação do jovem de família

burguesa, seu desejo de aperfeiçoamento como indivíduo, mas também como classe, coincidem historicamente com a "cidadania" do gênero romance." (MAAS, 2000, p. 13)

Para além do seu contexto de surgimento, Ferreira Pinto (1990) considera que o *Bildungsroman* retrata o processo em que o personagem aprende a ser homem. Especialmente em seu momento inicial, não era dado espaço social para escritoras femininas, o que contribui para essa predominância masculina. Como pontua Pinto (1990): "o feminino representa a expressão do que tem sido sempre subjugado, silenciado, colocado em uma posição secundária em termos culturais" (PINTO, 1990, p. 26). Mais adiante, abordaremos acerca da condição da mulher escritora, bem como o desdobrar do *Bildungsroman* feminino no Brasil, temáticas preponderantes para a construção teórica e analítica do texto em tela.

Para Todorov (2009), a literatura vai além do texto, ela nos ajuda a compreender o mundo. O Romance de Formação, por sua vez, nos permite compreender o mundo a partir dos sentimentos que vão se transformando e acompanhando o ser humano ao longo da sua concepção e existência. Após o período de surgimento, o *Bildungsroman* ganha novas adaptações, por isso, a literatura permite a inserção de obras e a abrangência do termo, representando, assim, a trajetória de um protagonista em encontrar um aperfeiçoamento e busca o equilíbrio entre o interior e as relações sociais do exterior.

A Literatura permite ampliar nossos horizontes e experienciar sensações ímpares a partir da Arte. Segundo Todorov (2009, p. 22), "A literatura não nasce no vazio, mas no centro de um conjunto de discursos vivos, compartilhando com eles numerosas características". Essa assertiva faz com que a leitura e a análise de um texto literário revelem contextos históricos, culturais e sociais, tal como Bakhtin (1997) esclarece quando associa à evolução do homem a evolução histórica.

Como vimos até então, o romance, assim como o *Bildungsroman*, sofre adaptações resultantes das circunstâncias históricas e sociais. Tomando por base essas observações, atentaremos, na próxima subseção, para as questões de gênero e suas principais influências na construção do Romance de Formação.

2.2 ROMANCE DE FORMAÇÃO DE AUTORIA FEMININA

As convenções sociais exercem forte influência sobre o Romance de Formação, e as questões de gênero permeiam essas escritas. Por trazer a trajetória de personagens, o herói masculino, geralmente, consegue ascensão social; todavia, a trajetória das personagens femininas costumava ser negativa, comumente associada à loucura, ao suicídio, à solidão e à devoção ao marido. Tais premissas podem ser exemplificadas pelas irmãs Brontë, sobretudo Emily Brontë, em seu romance “Wuthering Heights” (1847), em que a trajetória das personagens femininas e suas mudanças interiores (comportamentais e psicológicas) são norteadas pelas questões de gênero, uma vez que as escolhas femininas não estavam em pauta para o patriarcado.

Dessa forma, o estado de insatisfação e frustração das mulheres na narração de formação feminina remetem à insatisfação perante o meio social no qual estavam imersas. A mulher era orientada para ser o “Anjo do Lar”, termo cunhado por Virginia Woolf para descrever a mulher ideal, segundo os padrões da época, tal arquétipo feminino era concebido e descrito da seguinte maneira:

extremamente simpática, imensamente encantadora, totalmente altruísta, excelente nas difíceis artes do convívio familiar, sacrifica-se todos os dias [...] seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros (WOOLF, 2013, p. 12)

O patriarcado aprisionava a figura feminina e a elas não eram, muitas vezes, oferecidas as condições mínimas de se tornarem escritoras, restringindo suas ocupações aos serviços domésticos. Como acentua Virginia Woolf (2014, p. 6), ao declarar que “a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende mesmo escrever ficção”. Virginia Woolf, além da reflexão sobre a mulher e a literatura, traz à tona a dificuldade da mulher de conquistar seu espaço dentro de um universo hegemonicamente masculino. Tal espaço não é apenas metafórico, visto que não se restringe apenas ao espaço social, mas também físico, já que à mulher não era permitido um tempo e um espaço para se dedicar à escrita.

Em “Um Teto Todo Seu” (1929), Woolf – ao ser convidada a falar sobre a mulher e a literatura – exemplifica a condição dada à mulher escritora, criando uma

personagem, uma possível irmã de Shakespeare que, por sua vez, mesmo que maravilhosamente dotada como ele, certamente não teria as mesmas condições de se tornar escritora. Shakespeare teve acesso a boas escolas e logo se tornou um autor de sucesso, conhecendo todo mundo e sendo reconhecido por seu talento:

Enquanto isso, sua extraordinariamente bem dotada irmã, suponhamos, permanecia em casa. Era tão audaciosa, tão imaginativa, tão ansiosa por ver o mundo quanto ele. Mas não foi mandada à escola. Não teve oportunidade de aprender gramática e lógica, quanto menos ler Horácio e Virgílio. Pegava um livro de vez em quando, talvez algum do irmão, e lia algumas páginas. Mas nessas ocasiões, os pais entravam e lhe diziam que fosse remendar as meias ou cuidar do guisado e que não andasse no mundo da lua com livros e papéis. (WOOLF, 2014, p. 59-60).

Essa suporta irmã de Shakespeare teria seu destino traçado pelas próprias convenções sociais, caso tentasse ir contra o tradicionalismo, seria vítima de preconceitos e, até mesmo, teria sua escrita colocada em dúvida; assim como ocorreu com muitas mulheres escritoras dos séculos passados. O espaço social e físico permitido à mulher não propicia o nascimento de uma escritora, mesmo assim, não foi suficiente para calar todas as vozes femininas. Essas célebres mulheres mostraram sua resistência e seu talento, bem como externaram os entraves oriundos do patriarcado.

O “Anjo do Lar” tinha o casamento como a única possibilidade de ascendência, longe da liberdade, independência e autoconhecimento, características assíduas à formação masculina. No *Bildungsroman* feminino, as personagens são limitadas, e a sociedade prepara as mulheres, exclusivamente, para o matrimônio, tornando-se, assim, o único destino para as elas:

A ausência de uma protagonista na tradição do *Bildungsroman* é uma das questões mais discutidas na crítica feminista: por exemplo, Ellen Morgan, em 1972, afirmou que “O *Bildungsroman* é um assunto masculino”. Historicamente, a educação da mulher era direcionada ao casamento, à maternidade e ao “amor” submisso/obediente ao marido. A preocupação com seu desenvolvimento restringia-se ao crescimento físico e biológico, isto é, o acompanhamento da infância até o momento em que estivesse “pronta” para se casar e ter filhos. (GALBIATI, 2011, p.7)

Os Romances de Formação de autoria feminina anteriores ao século XX não tinham como prioridade o “desenvolvimento pessoal (profissional, intelectual, emocional, sexual, cultural, etc.) da heroína. Neles, o final da trajetória era negativo: devoção cega ao marido, suicídio, morte, loucura, solidão ou isolamento do mundo.” (GALBIATI, 2011, p.41) A educação, assim como as circunstâncias sociais, restringia as possibilidades de autoconhecimento e, conseqüentemente, a escrita feminina refletia esses entraves sociais.

No entanto, as obras escritas por mulheres, anteriores ao século XX, contribuíram para a consolidação da escrita feminina, assim como a consolidação do Bildungsroman feminino. A pesquisadora Galbiati (2011) cita alguns desses romances:

Jane Austen: *Emma* (1816); Mary Shelley: *Frankenstein, or The Modern Prometheus* (1818); Charlotte Brontë: *Jane Eyre* (1847); Emily Brontë: *Wuthering Heights* (1847); Anne Brontë: *The Tenant of Wildfell Hall* (1848); George Eliot (pseudônimo de Mary Anne Evans): *The Mill on the Floss* (1860); Louisa May Alcott: *Little Women* (1868); Kate Chopin: *The Awakening* (1899); Virginia Woolf: *The Voyage Out* (1915) e *Jacob's Room* (1922); Doris Lessing: *The Golden Notebook* (1962). (GALBIATI, 2011, p. 3 e 4)

A literatura de autoria feminina teve seu reconhecimento na década de 1970, com o surgimento da crítica literária feminina, mas, antes disso, essas e outras, admiráveis escritoras já contribuíam para a visibilidade da mulher na história da literatura e, posteriormente, para o reconhecimento da escrita de autoria feminina.

Constata-se – nos Romances de Formação – as mudanças no interior das personagens; muitas vezes, uma transição de vida moldadas pelo ambiente, pelas pessoas e pelas situações que interferem nas mudanças. Para as mulheres, as mudanças não se distanciam da espera doméstica, com isso, o Bildungsroman feminino sugere algumas diferenças, ao passo que a formação social e cultural não é a mesma. Frente a isso, o desenvolvimento social também é distinto. Naturalmente, as narrativas escritas por mulheres – e a partir de uma visão feminina – retratam os conflitos, dilemas e entraves que a sociedade as faz enfrentar em seu cotidiano.

Para Gilbert e Gubar (1984), o romance de Charlotte Brontë, “*Jane Eyre*” (1847) elucida os óbices vividos pelas personagens do Bildungsroman Feminino:

Uma história de confinamento e fuga, um Bildungsroman distintamente feminino no qual os problemas encontrados pela protagonista enquanto ela luta desde o aprisionamento de sua infância em direção a um objetivo quase impensável de liberdade madura são sintomáticos das dificuldades que toda mulher em uma sociedade patriarcal deve enfrentar e superar: opressão (na cabeça de Gates), fome (em Lowood), loucura (em Thornfield) e frieza (em Marsh End). Mais importante, seu confronto, não com Rochester, mas com a esposa louca de Rochester, Bertha, é o confronto central do livro, um encontro – como a fantasia de Frances Crimsworth sobre Lucia – não com sua própria sexualidade, mas com sua própria “fome, rebelião e raiva” aprisionadas.”¹(GILBERT E GUBAR, 1984, p. 339)

À vista disso, as personagens femininas tinham o seu processo de formação marcado pela loucura, pelo suicídio e pela solidão, submissas aos padrões patriarcais. Essas características em Jane Eyre “aparecem relacionados à brutalidade e à loucura como no caso de uma personagem como Bertha Mason, encarnação da animalidade e da baixeza.” (WANDERLEY, 1996. p. 65).

Ainda segundo Gilbert e Gubar (1984), para o patriarcado, o lápis era associado metaforicamente ao órgão sexual masculino e à sua capacidade de gerar, para assim justificar a “improdutividade” da mulher na escrita. Nessa esteira de pensamento, a competência da produção literária estava intimamente ligada à sexualidade masculina:

Nesse sentido, a postura do patriarcado, sem dúvida, foi responsável pela exclusão das mulheres do universo letrado e ficcional, como sugeriu a personagem de Austen, Anne Eliot, de modo que a mulher que escrevia era vista como uma intrusa que havia cruzado as fronteiras da natureza. (DIAS, 2011, p. 53)

O silenciamento da mulher, tanto na literatura, como na sociedade, é evidenciado no Romance de Formação, especialmente na escassez de produções,

¹ *A story of enclosure and escape, a distinctively female Bildungsroman in which the problems encountered by the protagonist as she struggles from the imprisonment of her childhood toward an almost unthinkable goal of mature freedom are symptomatic of difficulties Everywoman in a patriarchal society must meet and overcome: oppression (at Gates head), starvation (at Lowood), madness (at Thornfield), and cold ness (at Marsh End). Most important, her confrontation, not with Rochester but with Rochester's mad wife Bertha, is the book's central confrontation, an encounter-like Frances Crimsworth's fantasy about Lucia-not with her own sexuality but with her own imprisoned "hunger, rebellion, and rage,".*

no surgimento tardio, no anonimato, bem como na própria trajetória das personagens femininas dentro da ficção.

Galbiati (2013, p. 42) esclarece que existe uma diferença entre o Romance de Formação masculino e o feminino, a saber: “enquanto o herói passa por um processo de educação, descoberta de sua vocação e consegue integração com seu novo meio social no término de sua jornada, a heroína fica confinada ao espaço doméstico e familiar”.

Essa variante feminina foi reconhecida nos anos de 1970 como um reflexo do movimento feminista contemporâneo. O foco desse tipo de romance é o desenvolvimento de uma personagem central feminina, isto é, o Bildungsroman feminino. Galbiati (2013) retoma Braendlin (1979) para explicar as perspectivas do Bildungsroman feminista, o qual adquire novas formas, pautado sempre na autoafirmação e na autorrealização.

Nesta proposta de revisão do gênero, Bonnie Hoover Braendlin (1979) explica que “o Bildungsroman feminista delinea o autodesenvolvimento da mulher em direção a uma existência viável no presente e futuro, livre dos papéis sociais pré-determinados masculinos, que, no passado, produziram uma personalidade fragmentada em vez de uma personalidade satisfatoriamente integrada” (BRAENDLIN, 1979, p. 18), e, por isso, o Bildungsroman estaria adquirindo uma nova função, tornando-se uma espécie de articulação da nova noção de identidade feminina e seu movimento crescente na vida pública. (GALBIATI, 2013, p. 42)

Dessa forma, o Romance de Formação feminino vem se moldando e ganhando, cada vez mais, espaço dentro da crítica literária. As trajetórias, que antes eram direcionadas por entraves e convenções sociais, hoje ganham uma nova identidade livre dos papéis predeterminados pelo patriarcado.

2.3 O BILDUNGSROMAN FEMININO NO BRASIL

No Brasil, os romances de autoria feminina surgiram no século XIX com a publicação de *Úrsula* (1859), por Maria Firmina dos Reis. A autora afrodescendente faz críticas à sociedade patriarcal e escravocrata, o que contribuiu fortemente para o silenciamento de sua obra, uma vez que a sociedade tradicional do século XIX resistia às questões sociais abordadas nesse importante escrito.

Além do início tardio e do silenciamento que sofreram as obras de autoria feminina, o sistema educacional brasileiro também dificultou a inserção dessas mulheres na literatura, tal como aponta Wilma Coqueiro (2014):

O sistema educacional brasileiro, durante o século XIX, conforme aponta Ingrid Stein (1984), apresentava diferenças substanciais entre os currículos das escolas primárias masculinas e femininas. A educação feminina, que tinha como objetivo o desempenho das boas qualidades necessárias ao papel de “rainha do lar”, tinha como foco basicamente o ensino de gramática portuguesa e francesa, canto, dança e música. Ademais, não havia ainda escolas secundárias para meninas. (COQUEIRO, 2014, p. 13).

A dificuldade do acesso à linguagem e a inferioridade social contribuíram para o anonimato de muitas escritoras brasileiras. A escrita de um texto literário requer tempo e dedicação, porém, as tarefas que eram destinadas às mulheres, restringiam-se aos serviços domésticos e ao cuidado da família. A submissão à figura masculina também intensificou esse apagamento. Tais fatores potencializaram – e ainda potencializam – o cerceamento de carreiras promissoras de mulheres na Literatura.

Para a pesquisadora Wilma Coqueiro (2014), a escrita feminina, bem como as discussões acerca da posição social da mulher, só vem à tona com bastante impacto em 1930, com a publicação de *O Quinze*, Rachel de Queiroz:

No Brasil, embora houvesse a publicação de alguns romances de autoria feminina bastante singulares no século XIX e início do XX como *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, e *A intrusa* (1908), de Júlia Lopes de Almeida, é com a obra *O Quinze*, Rachel de Queiroz, em 1930, que começam a ser questionados valores seculares do patriarcado. (COQUEIRO, 2014, p. 39)

O Romance de Formação transcendeu o contexto e o território de origem, mantendo características primárias, mas se moldando às épocas, relações sociais e territoriais. Para Coqueiro (2014), o romance de formação feminino apresenta uma estreita ligação com o *Bildungsroman* clássico, todavia as protagonistas mulheres, durante seu processo de amadurecimento e descobertas, vivem conflitos e amarras específicos do gênero.

No Brasil, esse processo não foi diferente, a adaptação do conceito de *Bildungsroman* e, posteriormente, os estudos sobre o gênero iniciaram o século XX repletos de marcas históricas e sociais:

No caso brasileiro, é possível identificar, na primeira metade da década de 1990, um crescente interesse pelo gênero, manifestado por uma dinâmica que ao mesmo tempo em que assimila já se apropria, de maneira peculiar, do termo *Bildungsroman*, "adaptando-o" a contextos particulares da literatura brasileira e de outros países em desenvolvimento. (MAAS, 2000, p. 243).

Ainda não são muito vastos os estudos sobre *Bildungsroman* no Brasil, dentre os que ganharam notoriedade dentro da crítica brasileira, especialmente nos estudos sobre Romance de Formação de autoria feminina, está o estudo de Cristina Ferreira Pinto (1990). A pesquisadora analisa quatro romances brasileiros dentro da perspectiva do *Bildungsroman* feminino: "Amanhecer" (1938), de Lúcia Miguel Pereira, "As três Marias" (1939), de Rachel de Queiroz, "Perto do Coração selvagem" (1944), de Clarice Lispector, e "Ciranda de Pedra" (1954), de Lygia Fagundes Telles.

Esses romances apresentam diferenças do romance de formação tradicional masculino, o desenvolvimento das protagonistas, nem sempre, envolve conquistas de sucesso e finais felizes. Seus caminhos eram traçados pelos costumes sociais e a pela aceitação dos padrões; assim, era a opção cabível: as mulheres que resistiam e lutavam por libertação viviam o abandono social, muitas vezes, associado à loucura e à perversão.

É relevante notar que, nos romances de autoria feminina a mulher, geralmente, questiona e luta por uma libertação; isso se dá mesmo diante de todos os entraves sociais. A própria escrita é uma forma de expressão e, também, de libertação, já que em obras de autoria masculina os abandonos sociais, bem como as ideias de morte e loucura vêm como consequências de uma tentativa de transgressão, como nota Coqueiro (2014):

[...] a loucura e a morte (suicídio) que, em muitas obras, sobretudo de autoria masculina, podem ser entendidas como punição à mulher que transgrediu alguma regra social ou como tentativa fracassada de escapar às imposições sociais, como é o caso de *Madame Bovary*, publicado em 1856, por Gustave de Flaubert, e *Anna Karênina*, de Liev Tolstoi, publicado entre 1873 e 1877. (COQUEIRO, 2014, p.36)

Dessa forma, esses romances de autoria masculina reforçam as amarras sociais vividas pelas mulheres da época, como também as opiniões e os julgamentos morais que são direcionados, exclusivamente, às personagens femininas.

Para Pinto (1990), até mesmo as escritoras anteriores ao século XX não conseguiram desvincular-se dos padrões e, por essa razão, suas obras seguem os paradigmas sociais da época, por isso, deve-se levar em consideração seu contexto de escrita. “Ou seja, essas obras serviam como modelos exemplares na formação das leitoras, cumprindo assim a função didática característica do romance de aprendizagem” (PINTO, 1990, p. 17). Nessa ótica de abordagem, os textos deviam estar em conformidade com o ideal feminino estabelecido na época.

Dentro dessa mesma perspectiva, Pinto (1990) salienta que a ausência de uma tradição de literatura feminina dificulta, até mesmo, produções mais recentes, em que as protagonistas femininas rompem com as limitações impostas pela sociedade, porém a autora tem dificuldade em criar um desfecho positivo para a narrativa.

A impossibilidade de imaginar um destino positivo plenamente realizado pela personagem vem da inexistência de um precedente literário, da falta de “mães poéticas”, surgindo então na escritora a dúvida sobre sua autoridade para criar, para levar a protagonista a autorrealização completa (PINTO, 1990, p. 24).

Com isso, o Bildungsroman feminino é marcado por entraves sociais que perpassam épocas, a conclusão de um romance e o futuro promissor, depende das possibilidades que a sociedade oferece, quando o meio social aprisiona fica até difícil imaginar um desfecho que não seja frustração.

Como citado anteriormente, Ferreira Pinto (1990) faz uma análise de quatro romances de formação. Para a escritora, “as protagonistas de *Amanhecer* (1938), *As Três Marias* (1939), *Perto do Coração Selvagem* (1944) e *Ciranda de Pedra* (1954) iniciam seus processos de ‘*Bildung*’, desejando alcançar a integração e realização do eu e a integração social” (Pinto, 1990, p. 30). Nos dois primeiros romances, as protagonistas buscam alcançar tanto a realização pessoal como a “integração social”, mas os limites sociais as levam para a frustração e negatividade. Já as

personagens de Clarisse Lispector e Lygia Fagundes Telles conseguem um desfecho mais promissor, ao passo que abrem mão da 'integração social' e buscam a realização do 'eu'.

Para Pinto (1990), mesmo escritos em épocas próximas, esses romances mostram uma evolução social. Novas possibilidades, perspectivas e a realização pessoal tornam-se possíveis quando existe o abandono das convenções sociais.

Precedente aos romances citados por Ferreira Pinto (1990), outras escritoras brasileiras narraram o processo de formação de personagens femininas, como Maria Firmina dos Reis e de Júlia Lopes de Almeida; contudo, "é com a obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, em 1930, que começam a ser questionados os valores seculares do patriarcado." (COQUEIRO, 2014, p. 39). Por essa razão, a pesquisadora Wilma dos Santos Coqueiro (2014) considera o primeiro romance da cearense Rachel de Queiroz, *O Quinze* (1930), como o precursor do romance de formação no Brasil:

A narrativa evidencia o processo de aprendizado e formação da professora Conceição e pode ser considerada o primeiro romance de formação – Bildungsroman – da literatura de autoria feminina brasileira, por apresentar uma protagonista bastante singular, que se diferencia das heroínas delicadas e românticas até então representadas na literatura nacional, tanto de autoria masculina quanto feminina. (COQUEIRO, 2014, p. 39).

Além desse, outros romances de Rachel de Queiroz configuram-se como *Bildungsroman*: *Caminho de Pedras* (1937), *As três Marias* (1939) e *Memorial de Maria Moura* (1992). Por serem consideradas indivíduos incapazes de produzir textos literários, as mulheres não atendiam aos padrões do cânone literário, também tiveram uma educação formal tardia, o que contribuiu para que presença feminina fosse, por muito tempo, ignorada pela história da literatura. Não era possível escrever suas vivências e suas ficções, quando a elas não era dado o direito da escrita. Ao excluí-las do mundo da escrita, um universo de possibilidades lhes eram extraídos.

Os princípios que fundamentaram o modelo canônico silenciaram muitas escritoras que, até hoje, são pouco estudadas. Mesmo contribuindo grandemente para a literatura e para a educação nacional, essas mulheres demoraram décadas para ser resgatadas e não aparecem nos manuais didáticos, como por exemplo: a

escritora maranhense Maria Firmina dos Reis que já escrevia muito antes da ascensão da mulher na literatura brasileira.

As escritoras negras tiveram percalços ainda maiores. Maria Firmina dos Reis, por exemplo, uma mulher muito preocupada com a abolição da escravidão, lutou pelos direitos de seu povo, fundou a primeira escola gratuita e mista de seu estado, sendo uma das primeiras do país, contudo, teve sua biografia e sua obra esquecidas por muitos anos, resultado de uma participação secundária na vida social e, conseqüentemente no campo literário.

O inconformismo marcou a vida e a obra da escritora, sua condição de mulher afrodescendente – em um período que antecedia a abolição – causava-lhe restrições, mas também inquietações diante dos preconceitos vivenciados. Através de suas personagens, a escritora quebra os silêncios e apresenta posturas incomuns às mulheres de sua época.

Em seu primeiro romance, *Úrsula (1859)*, a protagonista resiste com coragem à imposição de um casamento. No entanto, mesmo com sua postura audaciosa, tem uma personalidade doce e angelical: “Era ela tão caridosa... tão bela... e tanta compaixão lhe inspirava o sofrimento alheio, que lágrimas de tristeza e de sincero pesar se lhe escaparam dos olhos negros, formosos, e melancólicos. [...] Úrsula era ingênua e singela [...]” (REIS, 2018, p. 32).

A narrativa conta a trajetória de Úrsula, uma jovem que vive solitária cuidando de sua mãe doente, apaixona-se por Tancredo, um jovem homem de família bem estruturada, e vive um amor com impossibilidades. Um romance tradicional, caracterizado pelo amor impossível, porém não tem um final feliz. O vilão da narrativa, seu tio Fernando P., tem um sentimento de posse por Úrsula, o que culmina em um desfecho trágico.

Mesmo sendo uma história de amor da tradição romântica, a autora dá voz a personagens negros, ao passo que relata as condições cruéis que eles enfrentavam. Pela primeira vez na literatura brasileira, os escravizados, mesmo que não sendo os protagonistas, têm falas em primeira pessoa, relatam suas vivências e sua vida antes e depois de serem capturados.

Dentre esses escravizados que compõem a narrativa, está a Preta Susana, uma senhora que narra como foi trazida para o Brasil, além das barbaridades vividas pelo seu povo:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas. (REIS, 2018, p. 88).

Dar voz a uma mulher escravizada, no século XIX, era inédito e revolucionário, contudo, inaceitável para a crítica e para a sociedade da época. Maria Firmina dos Reis não critica apenas a escravidão, como também o patriarcalismo. Os vilões de seu romance não são maus apenas com seus escravos, sua posição de chefe de família oprimia também as mulheres de suas próprias casas. Fernando P., por exemplo, refere-se à Úrsula como sua propriedade, sem decisões próprias. Ele é um homem autoritário, capaz de atrocidades para ter a menina para si.

— Não é possível! Embora ela o ame, não poderá resistir à minha vontade. [...] Úrsula será já minha esposa, e ele, resignado, ou esquecido, ou mesmo desesperado; mas respeitando minha posição social e meu nome, morrerá de inveja, embora amaldiçoando a minha felicidade. Mas, se pelo contrário!... Não é possível! Se pelo contrário, ai dele! (REIS, 2018, p. 123).

Úrsula resiste às determinações de Fernando P., descrito como um homem inquestionável e, com isso, ela reafirma a ideia de que a mulher não deve se submeter às vontades masculinas. Todavia, seu desfecho trágico mostra que não basta apenas o pensamento transgressor para fugir das amarras sociais. Em consonância com a ideia de Coqueiro (2014), anteriormente discutida, a batalha que ela travou contra as imposições, tiraram-lhe tudo e, por isso, conduzem-na a loucura, um resultado comum às mulheres que pertencem às regras sociais.

Nessa esteira de pensamento, é relevante lembrar-se de outra escritora brasileira que também teve sua obra ignorada: Júlia Lopes de Almeida que, por sua vez, teve condições sociais diferentes daquelas submetidas à Maria Firmina dos Reis; Isto é, Júlia era uma mulher branca de família burguesa e, mesmo assim, foi esquecida. Viveram no mesmo século, defenderam o direito à educação formal para as mulheres, além da abolição. Assim, mesmo em contextos sociais distintos, a

condição de mulher em uma sociedade patriarcal falou mais alto e fez com que elas vivessem percalços comuns enquanto escritoras, tal como assinala Fanini (2009, p. 322):

Oriunda de família tradicional, “criada entre livros e rendas” e casada com o escritor português Filinto de Almeida, Júlia Lopes estava, pois, comprometida com os valores de uma sociedade ainda estruturada sobre um conjunto de estereótipos que postulavam a complementaridade entre os sexos, ficando à mulher reservada a atuação no âmbito doméstico. (FANINI, 2009, p. 322).

A habilidade da escrita emergiu desde cedo, porém, ao aventurar-se pela carreira literária e romper com o ciclo de produções, isso causou incômodo na sociedade. Mesmo assim, ela conseguiu se expressar através da escrita e representar muitas outras mulheres. Júlia Lopes tornou-se uma escritora de sucesso em sua época, foi uma das grandes idealizadoras da fundação da Academia Brasileira de Letras, juntamente com Machado de Assis, mas foi proibida de integrá-la por ser mulher. Com isso, o poeta Filinto de Almeida, seu esposo, ocupou o seu lugar na Academia, mesmo não sendo um grande escritor como ela.

Essa exclusão foi marcada por silêncios até mesmo por parte da escritora. “A inadmissão da escritora não teve uma justificativa plausível e convincente, tampouco contrapartida evidenciando seu descontentamento” (FANINI, 2009, p. 330). No nosso entendimento, a desaprovação da presença feminina, até mesmo dentro da ABL, culminou neste silenciamento:

A supressão do nome de Júlia Lopes da listagem oficial de membros fundadores traduz um inegável “vazio institucional”. E o distanciamento da escritora para com este episódio é aterrador: não há qualquer manifestação pública de Júlia Lopes, posicionando-se ante a exclusão de seu nome, questionando a arbitrária política de indicação adotada pelos membros fundadores da Academia. (FANINI, 2009, p. 333)

Escrever em sua época causava medo o que evidencia como as escritoras eram tratadas. Essa posição de inferioridade, de exclusões e de medo imposta pelo patriarcado acompanhou sua trajetória como mulher e como escritora, fazendo com que, mesmo resistindo e escrevendo textos literários, os percalços comuns ao sexo lhe excluíssem de espaços sociais.

Uma moça de família burguesa, como Julia Lopes de Almeida era formada para sair da tutela do pai e entrar na tutela do marido, seguindo os bons costumes da família tradicional. Assim, frente a essas intempéries, seus primeiros textos foram rabiscados em segredo. Mesmo sendo uma atividade incomum para as mulheres da época, dedicou-se à escrita, mas sem abandonar os princípios do casamento e da família.

Em entrevista concedida a João do Rio e reproduzida pela Fundação Biblioteca Nacional, Júlia Lopes externa:

Pois eu em moça fazia versos. Ah! Não imagina com que encanto. Era como um prazer proibido! Sentia ao mesmo tempo a delícia de os compor e o medo de que acabassem por descobri-los. Fechava-me no quarto, bem fechada, abria a secretária, estendia pela alvura do papel uma porção de rimas... De repente, um susto. Alguém batia à porta. E eu, com a voz embargada, dando volta à chave da secretária: já vai, já vai! A mim sempre me parecia que se viessem a saber desses versos, viria o mundo abaixo. Um dia porém, eu estava muito entretida na composição de uma história, uma história em verso, com descrições e diálogos, quando ouvi por trás de mim uma voz alegre: – Pegueite, menina! Estremeci, pus as duas mãos em cima do papel, num arranco de defesa, mas não me foi possível. Minha irmã, adejando triunfalmente a folha e rindo a perder, bradava: – Então a menina faz versos? Vou mostrá-los ao papá! Não mostres! – É que mostro! (RIO, 1994, p. 28).

À luz desse pensamento, entendemos que, conforme escondia seus textos, Júlia Lopes trancava a si mesma diante de um universo majoritariamente masculino. Por muito tempo, ela trancou em uma gaveta não só sua escrita, mas também seu talento, diante de um contexto social que duvidava da capacidade intelectual das mulheres.

Em contrapartida, mesmo não assumindo uma posição protagonista no universo literário – devido aos preconceitos sociais, e mesmo não tendo o “teto todo seu” para dedicar-se ficção, termo cunhado por Virginia Woolf, já apresentado anteriormente – Júlia não ocultou sua personalidade de escritora. De tal modo, conseguiu com maestria assumir o papel de esposa sem abandonar a escrita literária.

A imagem de mulher maternal, dedicada aos serviços domésticos e à família, era emitida como a natureza feminina que, por sua vez, não lhe dava autonomia, tampouco espaço para a escrita. Júlia Lopes escreveu sobre o ponto de vista de

mulheres que sofriam violência, além das exclusões de uma sociedade patriarcal e sexista, que negava o direito à instrução, ao divórcio, ao voto, entre outras segregações.

Assim como as outras autoras aqui já citadas, é comum ver uma ambientação sombria na sua obra, trajetórias marcadas pelos percalços sociais e com desfechos trágicos. Tais inquietações e resistências aos padrões impostos são causadas pelos inúmeros infortúnios sofridos por essas mulheres. É relevante ressaltar que essas temáticas eram incomuns à luz da perspectiva feminina, o que também contribuía para o apagamento de textos e para o silenciamento dessas grandes escritoras.

Do mesmo modo que Maria Firmina dos Reis, Júlia Lopes de Almeida também defendeu o direito da educação para mulheres, ela também presenciou as mudanças oriundas da transição do Brasil Império para o Brasil República e fez de sua produção literária a voz feminina em busca de reconhecimento profissional.

Levando em consideração esses entraves vividos por escritoras – mesmo em contextos sociais diferentes – percebemos que essas célebres mulheres encontraram portas fechadas no universo da escrita, especialmente devido ao preconceito de gênero. As mulheres foram inferiorizadas e, dessa forma, tratadas como “O Segundo Sexo”, conceito de Simone de Beauvoir que será caro às análises realizadas nos próximos capítulos.

Essas escritoras tiveram uma projeção não só na literatura, mas nas lutas e conquistas de direitos. Mesmo permanecendo por muito tempo no ostracismo, seus textos trouxeram personagens sufocadas pelos preconceitos e em busca de independência, o que influenciou as futuras discussões feministas.

Posto isso, dando continuidade ao estudo acerca do romance de formação de autoria feminina, agora nos deteremos a uma análise do romance *As três Marias* (1939), sob a óptica do *Bildungsroman* feminino.

2.4 O CONSTANTE DESDOBRAR-SE DE RACHEL DE QUEIROZ

Rachel de Queiroz quebra com o padrão normalmente depositado à guarda das mulheres, ao manifestar – desde cedo – um gosto pelos estudos e leituras; por isso, ela teve o incentivo dos pais e o acesso aos livros, o que possibilitou seu advento no universo da escrita. Dessarte, Heloísa Buarque de Hollanda descreve Rachel em seu Livro “*As Melhores Crônicas de Rachel de Queiroz*”: “Foi uma das

primeiras mulheres a se propor, com sucesso, uma vida independente e livre. Foi uma mulher que escolheu e determinou seu destino afetivo, existencial, literário, profissional, político. Foi uma mulher que viveu de e para o ofício de escrever” (HOLLANDA, 2012, p. 297).

Porém, as amarras sociais continuavam tentando aprisioná-la aos costumes tradicionais. Mesmo assim, ela decidiu não parar e escreveu seu primeiro romance: “*O Quinze*”, aos 19 anos. Escrever um romance sendo mulher e tão jovem fez a autoria de sua obra ser questionada. “Graciliano Ramos admitiria, mais tarde, que Rachel de Queiroz lhe parecera um pseudônimo – não de escritora, mas de homem, tal a dureza humana e a experiência de vida com que o romance impressiona o leitor.” (CAMINHA, 2010, p. 10).

Graciliano Ramos confessa que aquela narrativa não condizia com uma escrita feminina, tida como fútil e inconsistente. As vivências e a escrita estão entrelaçadas na produção literária, então se à mulher era determinado um espaço restrito e monótono, era natural que sua escrita também tivesse essas características. Dessa forma, o escritor – gozando do seu privilégio masculino – questiona abertamente a autoria do primeiro romance de Rachel de Queiroz:

O Quinze caiu de repente ali por meados de 30 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que realmente causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: Não há ninguém com este nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado. (RAMOS, 2002, p. 133).

Além do gênero, é colocado em dúvida a temática, haja vista que, em assuntos políticos e sociais, as mulheres não tinham espaço. Se não podiam falar, tampouco podiam escrever. O apagamento dessa voz era visto como falta de conhecimento, porém Rachel de Queiroz narra com dureza as experiências vividas, os sentimentos e percalços oriundos das condições sociais que ofertava muito pouco para uma mulher sertaneja.

E é justamente essa dureza e essas experiências de vida que, presentes na escrita de Rachel, tornam sua obra extraordinária, causando estranheza aos conservadores que, por sua vez, buscavam uma figura masculina na tentativa desmedida colocar um homem na posição de protagonismo. A fim de justificar

aquela autoria e afanar a notabilidade da produção romanesca de Rachel de Queiroz:

Havia quem dissesse, no Ceará, que o verdadeiro autor do trabalho era Daniel de Queiroz, ou que teria sido ele, pelo menos, a figura incógnita a aperfeiçoar o texto da filha... O fato é que a literatura de Rachel não se mostra “feminina” – ante o modelo a que, para alguns, devem submeter-se as mulheres –, mas escrita por alguém que sabe fazê-lo, ao contar (e escrever) bem uma história. (CAMINHA, 2010, p. 11).

As experiências encontradas na obra de Rachel se assemelham à vida da própria escritora. O drama da migração sofrido por muitos sertanejos na tentativa de fugir da precariedade trazida pela seca, também foi vivido por sua família, “experiência que marcaria fundo o espírito e a memória da futura romancista. Mal vencida a adolescência, Rachel transformaria aquelas fortes lembranças na literatura de “O Quinze”, como os cearenses se referiam ao flagelo por que passaram naquele ano” (CAMINHA, 2010, p. 11).

Além de seu romance inaugural, mais tarde em 1939, Rachel de Queiroz publicou o romance *As três Marias*, que será analisado posteriormente. Neste, por sua vez, também é possível notar *flashs* de memória da própria Rachel que, aos 11 anos de idade, foi matriculada no Colégio da Imaculada Conceição, localizado em Fortaleza - CE, mantido pelas Irmãs de Caridade.

O drama vivido na ficção, ambientado nas vertentes temporais e contextuais vivenciadas pela autora, configura-se muito mais do que uma motivação, uma representação da sua própria memória. Entendemos o discurso autobiográfico, segundo Maurice Halbwachs como “Lembranças reconstruídas”:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 1990, p. 70).

A capacidade de conservar e reencontrar a memória possibilita a personificação e, até mesmo, a reflexão sobre ela. Perante essa perspectiva, percebemos que tem muito de Rachel de Queiroz em suas personagens: Conceição (*O Quinze*), Maria Augusta (*As três Marias*) e, principalmente, em Maria Moura (*Memorial de Maria Moura*), publicado em 1992. “Se, na Conceição de O Quinze e

na Guta de As Três Marias, já usara um pouco de si, em Maria Moura a romancista se põe toda, com a experiência e o saber que lhe dera a vida.” (CAMINHA, 2010, p. 34).

Tornar-se escritora em uma época na qual a mulher era destinada apenas à submissão matrimonial, era um símbolo de ousadia, ousadia esta percebida em sua escrita, ao criar personagens com comportamentos incomuns que não condizem com as visões tradicionalistas. Rachel de Queiroz transgride os padrões dominantes, transita com muita naturalidade em terrenos que eram, por excelência, masculinos como: política, economia e religião.

Ela traz a realidade de maneira dura e objetiva, mostrando os fatos de seu tempo, e a força do universo feminino, ao representar as mulheres que buscam ser donas de suas vidas. As mulheres sertanejas são caracterizadas, por Rachel de Queiroz, como heroínas, fortes e corajosas, mas travadas pelos anseios, as angústias e os preconceitos comuns ao seu sexo.

Rachel não foi militante da causa feminista, porém abriu caminhos, haja vista que sempre buscou fazer o que desejava sem deixar-se calar diante das exclusões sociais. Para a escritora Maria Alice Barroso (2008), “é com Rachel de Queiroz na prosa da ficção, que a fala da mulher ingressou no campo social, abandonando os salões de chá para narrar à áspera tragédia da seca nordestina” (BARROSO, 2008, p. 46).

Frente a isso, Rachel de Queiroz foi uma das poucas escritoras a ser prestigiada e reconhecida pela crítica literária em sua época. Mostrando-se sempre uma mulher à frente de seu tempo, a escritora comprova sua ousadia não só pela capacidade de ocupar lugares e cargos considerados masculinos, mas também por apresentar complexidade e autenticidade em suas personagens. Sua forma racional e singular contraria os moldes literários do período no qual estava inserida.

Ela começou a escrever muito cedo, escrevia semanalmente para os jornais e, por isso, considerava-se mais jornalista do que romancista. Assim, escreveu por décadas para vários periódicos:

O Jornal, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Última Hora, Jornal do Commercio e a revista O Cruzeiro (todos no Rio de Janeiro), jornal O Povo (Fortaleza), Diário da Tarde (Belo Horizonte), Diário de Pernambuco (Recife) e O Estado de S. Paulo, na capital paulista. (CAMINHA, 2010, p. 9).

Nesses periódicos, a revista *Cruzeiro* a contrata com exclusividade. A partir disso, ela firma seu nome enquanto cronista e escreve sobre suas vivências, sobre o Ceará e sobre o Rio de Janeiro. No seu primeiro texto, publicado em 1^a de dezembro de 1945, ela se apresenta para o público:

Pouco sei falar em coisas delicadas, em coisas amáveis. Pouco sei falar em coisas delicadas, em coisas amáveis. Sou uma mulher rústica, muito pegada à terra, muito perto dos bichos, dos negros, dos caboclos, das coisas elementares do chão e do céu. Se você entender de sociologia, dirá que sou uma mulher telúrica; mas não creio que entenda. E assim não resta sequer a compensação de me classificar com uma palavra bem soante. [...] A política é que às vezes me azeda, mas, segundo o trato feito, não discorreremos aqui de política. Em tudo o mais sempre me revelo uma alma lírica, cheia de boa vontade; eu sou triste um dia ou outro, não sou mal humorada nunca. (CAMINHA, 2010, p. 18).

Dessa maneira, ela se apresenta com espontaneidade e versatilidade, mostrando conhecimento e disposição para escrever sobre diferentes assuntos. A autora usa a escrita para denunciar problemas nacionais, como a corrupção política, opressão e desigualdade social. De forma objetiva e madura, a autora se distancia da imagem feminina idealizada pelo romantismo e transfere isso para suas protagonistas femininas, inaugurando, assim, uma nova geração do modernismo brasileiro.

Ela teve uma longa carreira como escritora, jornalista, cronista, teatróloga e tradutora, inspirando inúmeros outros autores de diversos gêneros. Rachel de Queiroz conquistou prêmios importantíssimos para quem se dedica à carreira literária: primeira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras (1977); primeira mulher a receber o prêmio Camões (1993); entre outros prêmios e títulos nacionais. A escritora teve também suas obras adaptadas para o cinema e seu alcance ultrapassou os limites nacionais. Além de tradutora, ela também foi traduzida em vários idiomas, aumentando assim seu alcance:

Entre os romances de Rachel de Queiroz, já foram traduzidos *O Quinze*, para o alemão, o francês e o japonês; *João Miguel*, para o francês; *As Três Marias*, para o inglês e o alemão; *Dôra*, *Doralina*, para o francês e o inglês; e *Memorial de Maria Moura*, para o francês. (CAMINHA, 2010, p. 37).

Após a publicação de seu primeiro romance, aos vinte anos, Rachel foi conhecida como uma escritora revelação. Os flagelos da seca e os retirantes foram a matéria prima usada pela escritora; inicialmente seu livro não agradou à crítica cearense, era uma realidade muito dura para ser escrita por uma jovem moça. Além disso, a ousadia da protagonista em seguir sua profissão em oposição ao casamento causou estranheza, contudo, logo em seguida, foi consagrada pela crítica do Sudeste.

Em 1931, Rachel de Queiroz recebeu – no Rio de Janeiro – o prêmio Graça Aranha pela publicação de “O Quinze”, na categoria de melhor romance, conheceu escritores famosos e ganhou o respeito dos intelectuais e de membros do partido comunista brasileiro. Na política, foi convidada para ser a secretária do partido no Ceará, tornando-se ainda mais conhecida. Para a pesquisadora Heloísa Buarque de Hollanda, nem mesmo a própria Rachel imaginara a dimensão de sua obra:

Suas obras foram traduzidas para os mais diversos idiomas e lidas em quase todos os pontos do mundo. Quando poderia ela pensar que O quinze, escrito à luz de velas no casarão de sua família, seria traduzido em todas as línguas europeias, chegando mesmo, em 1978, até o Japão, pelas mãos da Editora Shinsekaisha? Quando a pequena Rachel, que se escondia atrás do pseudônimo Rita de Queluz, sonharia receber os mais importantes prêmios da língua portuguesa, comendas oficiais e o título de doutora honoris causa de diversas universidades brasileiras? (HOLLANDA, 2012, p. 140).

Sua atuação foi reconhecida ainda em vida, ela viveu seu sucesso enquanto escritora, além da agitação política. Sobre seu triunfo, Rachel expõe:

“O livro explodiu mesmo. Mas foi muito bom, porque eu sempre tive a cabeça no lugar, nunca me deixei levar muito por aquele barulho todo, era comunista e no fundo queria mesmo era destruir aquela sociedade toda, inclusive a Editora Nacional.” (HOLLANDA, 2012, p. 137).

Para ela, mesmo se dedicando aos interesses políticos e se declarando como comunista, sua obra era sua prioridade. Assim, a autora rompe com o partido quando este queria interferir no conteúdo do seu segundo romance, “*João Miguel*” (1932). O respeito por sua obra fez com que Rachel rompesse com o partido ao invés de modificar sua escrita para seguir as ideologias alheias.

Assim como seu primeiro romance, o segundo também não seguia os padrões da escrita feminina imposto às mulheres da época. Este, por sua vez, não trouxe uma mulher como protagonista; a angústia e a solidão presente na narrativa mantêm sua audácia e sua singularidade. As pesquisas para a escrita do seu segundo livro foram realizadas nas cadeias públicas onde o romance foi ambientado e, por isso, revela muitas mazelas do sistema carcerário brasileiro, sobretudo as desigualdades sociais, visto que a justiça não funciona de forma igualitária para os ricos e para os pobres.

A escritora cearense teve um forte engajamento político, foi comunista e Trotskista e, nesse contexto, teve alianças e divergências, sofreu perseguições devido às ações intervencionistas do Estado Novo (1937), sobretudo com a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) por Getúlio Vargas. É válido adiantar que tais discussões históricas serão aprofundadas de maneira mais abundante no próximo capítulo, o qual versará acerca da história da educação, bem como, trará alguns aprofundamentos teóricos sobre a interferência política na literatura brasileira.

Embora sua produção jornalística e literária fosse incessante, Rachel nunca abandonou de todo a política. Esse grande interesse pelas arenas públicas fez que, em vários governos, fosse chamada para ocupar importantes cargos políticos. Recusou o convite para ser ministra da Educação do governo Jânio Quadros, participou da deposição de João Goulart, a quem fazia ferrenha oposição em função da herança getulista que ele representava, integrou o diretório da Arena, foi delegada do Brasil na 21ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, na Comissão dos Direitos do Homem, e finalmente, em 1967, passou a ser membro do Conselho Federal de Cultura, posto que ocupou até a extinção desse órgão, em 1989. (HOLLANDA, 2012, p. 139).

Dando prosseguimento a nossa linha de argumentação, é pertinente asseverar que Rachel de Queiroz teve uma vida bem agitada pelas mudanças e separações e sua carreira política e literária não foi diferente. Ela foi a primeira mulher a fazer diversas coisas proibidas ou desapropriadas, até então. Assim, a escritora teve boas influências e incentivo enquanto leitora e escritora, especialmente no que concerne à literatura brasileira e estrangeira. Diferente das outras escritoras que a antecederam, não teve sua escrita esquecida, fez sucesso ainda em vida e conquistou grandes títulos.

Suas obras influenciaram muitos outros escritores e escritoras da literatura brasileira, além de abrir caminhos para tantas outras mulheres que lutaram por seu lugar na escrita, na política, nos jornais e em outros espaços sociais. Sua influência também foi de grande valia para os estudos feministas, mesmo não se reconhecendo como tal, suas personagens e a própria subversão da escritora foi significativa para as conquistas de direitos e para o reconhecimento de muitas outras mulheres.

A escritora Nélida Piñon é uma dessas grandes mulheres que leu Rachel de Queiroz e reconhece sua grandeza como expressiva figura feminina, não somente na literatura, mas enquanto mulher. Nélida leu seus textos desde cedo e – por Rachel viver imersa na leitura e ter acesso à literatura brasileira e estrangeira – foi uma forte influência para outros escritores nacionais, assim Nélida Piñon descreve Rachel:

Aquela mulher de caráter simpático, mas indomável, era fascinante. Eu não chegara a sua presença atraída tão somente pela glória literária, pelos livros que lera cedo, mas por uma intrepidez criadora que surpreendi em *O Quinze*, a narrativa que constituía um verdadeiro afresco da seca. Uma escritora que eu lia a cada semana na revista *O Cruzeiro*, quando participava das suas ideias, do seu entorno familiar na Ilha do Governador, onde vivia com Dr. Oyama, o marido médico. Ou da sua fazenda, no Quixadá, que intitulara de Não Me Deixes. (CAMINHA, 2010, p. 70).

Antes mesmo de ser consagrada escritora, Rachel já era uma grande leitora e, com isso, trouxe – tanto por meio da tradução como por meio de suas obras – concepções e influências estrangeiras. Contudo, foi escrevendo sobre suas vivências no sertão do Ceará que ela ganhou destaque.

Ariano Suassuna também falou sobre Rachel. Para o escritor e dramaturgo brasileiro, a opinião dela foi importante para o sucesso da obra que o consagrou, ele recorda com carinho, admiração e gratidão a grandeza dessa amizade no início da sua trajetória como escritor:

Devo tanto a Rachel de Queiroz que é, ao mesmo tempo, muito fácil e muito difícil dar um depoimento sobre ela, meio tolhido e travado que fico porque a amizade e a admiração que lhe tenho só são iguais à gratidão que lhe devo. Primeiro, foi quando escrevi *O Auto da Compadecida* e nem sequer a conhecia: Rachel publicou um artigo no qual afirmava que o *Auto* estava entre as melhores coisas que

lera em sua vida, e que, se pudesse, trocava por ele tudo o que escrevera. É claro que sei o quanto vai, nisso, de generosidade excessiva e grandeza, por parte dela. Saber admirar e proclamar sua admiração é qualidade de quem é grande e nunca corrompeu sua pureza de juventude na feira literária. Mesmo assim, suas palavras foram um deslumbramento para o jovem escritor que eu era então; e ainda hoje, ditas por quem foram, me servem de consolo e estímulo nos momentos de maior desgosto e desânimo. (CAMINHA, 2010, p. 59-60).

À luz desses pensamentos, compreendemos como Rachel de Queiroz foi primordial para a Literatura brasileira, sobretudo para dar voz a muitas mulheres que foram silenciadas ao longo da história. Essas mulheres, diferente dela, não alcançaram espaço e público, pois foram 'castradas' pelos percalços sociais, e é sobre elas que Rachel escreve, são essas trajetórias que são narradas com maestria pela primeira escritora brasileira a conquistar espaços, até então, considerados desapropriados para uma mulher.

Para compreender como os entraves sociais barraram, por tanto tempo a escrita e, sobretudo, a formação feminina, partamos agora para o segundo capítulo desta dissertação, o qual abordará a História da Educação no Brasil. Além disso, versaremos sobre os aspectos históricos e políticos que se configuram como um pano de fundo para a obra posteriormente analisada. Ainda no próximo capítulo, perceberemos como o patriarcado histórico interferiu na educação e na escrita feminina, a partir da vida e da obra de Rachel de Queiroz.

3 A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL

Daí a enorme importância para um patriarca que tem que conquistar, que tem que dominar, de sentir que um grande número de pessoas, a rigor, metade da raça humana lhe é por natureza inferior. De fato, essa deve ser uma das principais fontes de seu poder. (WOOLF, 2014, p. 44).

Para entendermos o âmago dos percalços enfrentados, sobretudo, pelas mulheres no século XX, faz-se necessária a compreensão do contexto histórico de formação do patriarcado brasileiro a partir do século XVI. Esse mecanismo foi enraizado socialmente e culturalmente, trazendo reflexos que culminaram no atraso da inserção da mulher na educação formal.

À luz desse momento histórico, é necessário trazer à baila a situação vivida pela escritora Rachel de Queiroz no instante de sua escrita, e como as restrições sociais, sobretudo, relacionadas à educação formal influenciaram na jornada feminina e, conseqüentemente, na construção do *Bildungsroman*.

3.1 A GÊNESE DO PATRIARCADO BRASILEIRO

Em consonância com Virginia Woolf (2014), a imagem da mulher como “anjo do lar” foi acentuada pelas características de nossa formação histórico-social, influenciada pela colonização ibérica portuguesa de base agrária, segregacionista e patriarcal.

Em pleno século XXI, convivemos com o patriarcado enraizado na sociedade brasileira, sendo demonstrado cruamente e friamente em vários episódios do dia a dia: seja na inexistência de equiparação salarial, seja na violência perpetrada contra as mulheres, seja na violência contra o corpo da mulher e contra a sua dignidade. Segundo o historiador francês Marc Bloch (2001, p. 55), a história tem por objeto o homem e, por isso, ela é a ciência que estuda os homens no tempo.

Dessa forma, a origem do patriarcado – e das mazelas causadas por esse movimento de manutenção de poder masculino – pode ser explicada olhando para a nossa história, assim com a história das condições sociais, econômicas e políticas que forjaram esse sentimento de supremacia do masculino sobre o feminino.

Durante o Período Colonial, o Brasil possuía forte dependência econômica, política e social com o Estado absolutista português, afinal, era essa a metrópole e o Brasil, a colônia, dentro da ótica do sistema mercantilista existente na época. Nesse contexto, a colônia fornecia os produtos e riquezas necessárias a metrópole, sendo sua existência pautada por essa razão.

Ao longo do século XVI, a coroa portuguesa foi construindo e alicerçando o sistema político administrativo existente no Brasil, com a criação do sistema de capitanias hereditárias. Esse processo foi criado pela coroa portuguesa e teve sua inauguração com a expedição liderada por Martim Afonso de Souza, fidalgo português interessado nas possíveis riquezas que a nova terra poderia oferecer, ele fundou a Vila de São Vicente e deu início aos primeiros engenhos de cana de açúcar no Brasil:

Em 1534, o rei D. João III deu início ao sistema de capitanias hereditárias. Dividiu a faixa litorânea de sua colônia americana em quinze parcelas e as doou a doze fidalgos portugueses para que bem as administrassem, tendo Martim Afonso recebido a capitania de São Vicente, onde a plantação canavieira prosperou. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 54)

O sistema de capitanias hereditárias foi um fracasso do ponto de vista econômico, pois, das quinze capitanias criadas, apenas as de São Vicente e Pernambuco lograram prosperidade econômica, por meio da atividade canavieira. Em virtude disso e também na tentativa de procurar metais preciosos no território brasileiro, a coroa portuguesa decide centralizar a administração do território, criando o governo geral.

O fato é que nossa produção econômica era voltada para o modelo agrário exportador, em que, inicialmente, a cana de açúcar representava a base das relações econômicas do Brasil com Portugal e deste com a Europa.

Éramos uma sociedade açucareira de base escravista em que, por sua vez, as relações sociais provinham desse modelo econômico, o que causou fortes impactos em nossos costumes, durante boa parte da História, reverberando nos dias atuais. Assim, as capitanias de Pernambuco e Bahia se destacaram na produção açucareira ao longo dos séculos XVI e na primeira metade do século XVII, onde passaram por um desenvolvimento econômico e de uma infraestrutura que deixou marcas físicas e culturais.

Os grandes senhores de engenho eram a força máxima desse sistema, os símbolos do nascente patriarcado existente ainda hoje no Brasil. Eles representavam a força da economia que controlava os escravos e as mulheres, as quais eram subjugadas dentro do contexto familiar pela figura do marido, tidas como mercadoria de corpo e alma. A função das mulheres era apenas serem donas do lar e reprodutoras dentro de um sistema em que a família não poderia desaparecer, tal como é salientado por Acordi, (2007):

O sentimento da maternidade e da intimidade surge como alternativa à rigidez e distanciamento que a mãe, senhora da casa-grande, tinha do filho pequeno. A criança criada pela negra experiente tinha hábitos que se misturavam aos dos moleques da roça, e pela nova ordem familiar burguesa o filho deveria ser criado no regaço da mãe, sob a proteção de seu lar, livre de influências, principalmente dos escravos. (ACORDI, 2007, p. 834)

Logo, o binômio casa grande e senzala causou grandes consequências sociais na vida das mulheres e na sociedade como um todo, pois costumes foram sendo enraizados e dificilmente seriam quebrados tão rapidamente. Mas, aos poucos, devido a um processo de crise do modelo econômico açucareiro no nordeste brasileiro, ocorreram lentas mudanças dentro do padrão de educação incluso do universo feminino, uma vez que, inicialmente, as mulheres não tinham acesso à educação, que era relegada apenas aos homens da elite.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, com a decadência econômica do Nordeste e a crise dentro da sociedade açucareira, assim como a chegada da família real portuguesa no Brasil em 1808 fizeram com que o papel da mulher começasse a ganhar lentas modificações. Nesse ínterim, a sociedade ganha novos contornos, principalmente com a transferência das antigas famílias patriarcais rurais para as cidades, edificando um novo símbolo do poder verificado agora nos sobrados.

Nesse novo espaço urbano de poder que antes era protagonizado pelo senhor de engenho, agora o bacharel ganha elevado destaque social. A sua força e poder são consolidados diante da estruturação de uma máquina pública imperial e burocrática que dá privilégios aos chamados doutores, título este que era possível apenas para homens de famílias tradicionais.

Isso reafirma a superioridade da figura masculina em detrimento da feminina, haja vista que o homem mantém sua hegemonia, assumindo novos papéis sociais

que condiziam com os novos ares de modernidade. Já a mulher continua reclusa, recebendo uma educação europeizada, porém não distante dos antigos estereótipos, uma vez que seu espaço social ainda era restrito ao lar:

A instituição de um novo papel para a mulher fez dela um instrumento assaz importante na ascendência política e econômica de sua família. Ao saírem da casa-grande e se instalarem nos sobrados das cidades, as famílias de origem nobre efetuaram uma mudança que iria além do espaço físico. A cidade inicialmente, tida como lar de desordeiros e vagabundos, precisou se adaptar aos novos moradores. Ruas infestadas e fedorentas foram limpas, novas tendências trazidas pela corte portuguesa eram disseminadas e aceitas, a europeização foi instaurada, elevar o Brasil ao status de país civilizado foi pré-requisito para o reconhecimento de sua independência. (ACORDI, 2007, p. 834).

Dessa forma, novos costumes foram surgindo e com isso as mulheres passaram a ter novas incumbências. As antigas formas de comportamentos femininos e cuidados estéticos que, por sua vez, não priorizava a aparência, dão lugar a uma idealização do corpo feminino, o qual deve expressar a delicadeza e o requinte das novas exigências sociais, estereótipos estes reafirmados pelos escritores românticos. “A mulher precisou se transformar, antes pesada, feia e de gestos rudes, ela teria de ter então o aspecto doentio idealizado pelo romantismo, cuja leveza e delicadeza dos atos eram imprescindíveis.” (ACORDI, 2007, p. 834)

Nessa época, a escrita era, majoritariamente, masculina, e a mulher, por sua vez, era descrita de forma estereotipada, pois eles possuíam um lugar de autoridade legitimada pela formação patriarcal. Para evidenciar essas nuances, a formação feminina é pautada nas atitudes e valores que – desde já – imprimem sua atuação dentro da sociedade, tanto uma postura física quanto comportamental. Para acentuar esses valores a educação, bem como as leituras que lhes eram permitidas, condizia com esses pensamentos.

É nesse contexto que Maria Firmina dos Reis inaugura a escrita feminina aqui no Brasil, com a publicação de *Úrsula* (1859). No entanto, os costumes enraizados pelo patriarcado acarretaram no silenciamento de sua obra que, por sua vez, tecia críticas à sociedade patriarcal e escravocrata. Vale destacar que, além dela, outras escritoras foram limitadas pelas convenções sociais, como Júlia Lopes de Almeida, anteriormente citada, haja vista que esta viveu durante a primeira metade do século XX. A autora foi excluída pelas questões de gênero, como é atestado na sua

exclusão da ABL, mesmo sendo uma das idealizadoras, não tomou posse por ser mulher.

Posteriormente, ainda na primeira metade do século XX, Rachel de Queiroz é consagrada a primeira mulher a ingressar na ABL. Ela, por sua vez, teve alianças sociais e políticas que lhe permitiram melhor aceitação social e, através de sua obra, faz ecoar a voz de muitas outras mulheres que conhecera na sua trajetória e não tiveram a mesma oportunidade.

No romance da escritora, aqui analisado, *As Três Marias* (1939), pode-se notar como é possível, através da literatura, perceber essas convenções. Nele a menina é educada para perpetuar esse rótulo, exalando fragilidade, delicadeza, e ingenuidade, sendo o casamento a única forma de ascensão, respeito e felicidade.

Porque ela tinha até um violino para completar o quadro, era realmente a órfã, pálida, magrinha, encostada à ombreira de entrada do parlatório, como se tivesse saído de uma gravura daqueles romances que nós líamos em voz alta nos recreios da noite — romances cujos começos são tão tristes, mas que acabam sempre pelo casamento da orfãzinha com o moço orgulhoso, de olhos azul de aço, motejadores e escarninhos, filho do dono do castelo onde ela é professora. (QUEIROZ, 2021, p. 31)

Retornamos aqui o que foi discutido no primeiro capítulo, a partir das ideias de Bakhtin (1997), Lukács (2000) e Todorov (2009) acerca da interdependência entre os estudos históricos e literários. Dentro da visão Bakhtiniana, a formação histórico-social interfere na formação do homem, logo, a escrita literária é afetada pelos diversos contextos históricos, e o discurso do escritor é tendenciado por sua formação.

Essa influência da história sob a literatura, segundo Lukács (2000), resulta na construção do romance. A complexidade das relações sociais configura-se como substrato para a escrita do gênero, essencialmente do romance de formação. “O romance é a forma da aventura do valor próprio da interioridade; seu conteúdo é a história da alma que sai a campo para conhecer a si mesma, que busca aventuras para por elas ser provada e, pondo-se à prova, encontrar a sua própria essência.” (LUKÁCS, 2000, p. 91).

Dentro dessa perspectiva, é possível notar no *Bildungsroman* a presença marcante do contexto histórico-cultural, principalmente por se tratar da ascensão

burguesa. Dessa forma, o texto literário revela os aspectos sociais, econômicos e culturais conforme foi salientado por Todorov (2009).

Ademais, o entrelaçamento entre o texto literário e o contexto histórico possui elementos que demonstram os entraves sociais e os mecanismos de segregações, sobretudo referentes aos gêneros. Nessa esteira de pensamento, notamos que, a partir das concepções de Virginia Woolf, o romance – sobretudo no seu momento inicial – apresentava as opiniões e interesses masculinos, tal como acontecia nas relações sociais:

E como o romance tem essa correspondência com a vida real, seus valores são, numa certa medida, os da vida real. Mas é óbvio que os valores das mulheres diferem, com frequência, dos que foram estabelecidos pelo outro sexo; isso decerto acontece. E, no entanto, são os valores masculinos que prevalecem. (WOOLF, 2014, p. 91).

Essa discrepância é percebida não apenas na narrativa, mas também na inserção das escritoras femininas no campo literário que, por sua vez, além de tardia, foi marcado pelas interferências masculinas. Diante disso, muitas mulheres foram silenciadas ou até mesmo tiveram sua escrita posta em dúvida; quando ousava escrever sobre temas que não condizem com a imagem feminina do período. Isso foi comum a muitas escritoras ao longo século XIX e na primeira metade do século XX, tal como ocorreu com Rachel de Queiroz, uma menina jovem com grande potencial literário e subversivo que causou estranheza e perseguições.

Verifica-se que – diante dos novos ares de modernidade chegados ao Brasil, com a entrada da família real portuguesa e com os costumes europeus – eram necessários às mulheres novos costumes e novos modelos de educação dentro da civilidade importada da Europa. A educação passaria a ser vista como uma forma de se sentir inserida dentro das novas relações sociais que, até então, se formavam e que passavam pela forma que as mulheres deveriam se portar diante dos homens e da sociedade.

Com isso, observa-se que, mesmo a mulher tendo acesso a uma educação, esta, por sua vez, ainda era uma maneira de fazer com que elas continuassem a ser objetos do discurso masculino, visto que essa educação não tinha o intuito libertador, mas sim de reforçar seu papel social predeterminado socialmente, assim como pensa Acordi (2007):

Imaginar que essa “educação para todos” estaria fomentada sob o mesmo intuito do “liberdade para todos”. Nos dois lemas encontramos o mesmo aspecto: “todos” não eram a maioria, “educação” e “liberdade” seriam vigiadas, mulheres e negros estariam à deriva dos caprichos do Estado. Educa-se porque é conveniente, liberta-se para gerar mais lucros. (ACORDI, 2007, p. 834-835)

A educação ofertada às mulheres tinha como objetivo impedi-las de ascender a uma posição social equivalente a dos homens, pois eram inadmissíveis ao público feminino outros afazeres se não aqueles reservados ao espaço doméstico e familiar. O Estado brasileiro ao longo do século XIX diante das mudanças sociais e culturais visa adequar o modelo educacional tanto para homens quanto para mulheres, porém mantidas a essência de seus respectivos papéis sociais.

Em consonância com as ideias de Woolf (2014), à mulher eram destinadas tarefas que tinham um caráter materno e que, por sua vez, tinha como função servir à figura masculina, seja ao pai ou ao marido, para assim ser respeitada segundo os padrões sociais. Ao passo que era instruída para exercer seu papel materno, era treinada para transcender esses costumes para além do âmbito doméstico, confirmando as expectativas que lhes eram destinadas, sem extrapolar os limites de seu gênero.

Supõe-se que as mulheres sejam geralmente muito calmas, mas as mulheres sentem exatamente como os homens[...] e é tacanhice de seus semelhantes mais privilegiados dizer que elas devem limitar-se a fazer pudins e costurar meias, a tocar piano e bordar sacolas. É impensado condená-las ou rir delas quando buscam fazer mais ou aprender mais do que os costumes declararam ser necessário para seu sexo. (WOOLF, 2014, p. 86).

O caráter materno que lhe é atribuído vai além dos serviços domésticos, excedendo assim para sua personalidade que deveria exalar doçura e, ao mesmo tempo, uma segurança na educação dos filhos e no casamento, confirmando as decisões impostas pelo marido, mantendo assim, o patriarcado.

Diante do que foi exposto, verifica-se que, durante o século XIX e primeira metade do século XX, com a visível manutenção do patriarcado nos costumes, nas ações dos sujeitos, as formas de controle do pensar e agir da mulher são constatadas também na literatura da época. Essas premissas concordam assim com a ideia de entrelaçamento histórico literário exporto no início dessa seção.

Após esse momento de estruturação, formação e consolidação do Estado brasileiro, os mecanismos de segregação, autoritarismo e patriarcado se mantiveram durante a Primeira República e durante a Era Vargas, período crucial para o entendimento do contexto no qual a escrita de Rachel de Queiroz foi gestada, assim como a trajetória literária e política na carreira da autora. Dessa forma, esse cenário histórico é caro para nossa investigação, pois serve de plano de fundo para nossa análise.

3.2 OS ENTRAVES FEMININOS PERPETUADOS POR LEGISLAÇÕES DE BASES PATRIARCAIS

A partir de 1889, o Brasil passa a viver uma nova realidade política, causada pela proclamação da República, sendo esta liderada por um conjunto de atores sociais, tendo como destaques o exército e os fazendeiros de café. Diante de mudanças políticas verificadas ao longo do que se convencionou chamar popularmente como Primeira República ou República Velha. Com isso, têm-se transformações dentro dos âmbitos sociais e culturais, como a influência das vanguardas europeias em nossa Arte e Literatura.

Nesse momento, ocorreram revoltas sociais de descontentamento com o poder instituído e com a exclusão enraizada. Além disso, nosso patriarcado já consolidado não dava muitos espaços às mulheres, mas mesmo assim, verificamos algumas tentativas de mudanças para incluí-las dentro das transformações verificadas no modelo educacional do período.

Como foi exposto anteriormente, durante a formação do Estado brasileiro ao longo do século XIX e com as transformações sociais e culturais proporcionadas a partir da entrada da família real portuguesa no Brasil em 1808, surge a figura do bacharel, sinônimo de *status* e poder conferido a esse novo rearranjo social e político, o que se perpetuou ao longo da primeira metade do século XX.

O bacharel mantinha os antigos privilégios dos senhores de engenho, porém conferidos agora a partir de um diploma obtido em universidades Europeias, geralmente portuguesas. É relevante apontar que é nesse contexto que nasce Rachel de Queiroz. Seu pai, Daniel de Queiroz (1866 – 1948), foi um desses bacharéis. Com isso, ela teve os privilégios comuns a esse grupo social, viveu próxima a um círculo de escritores consagrados e de uma família de leitores, além

disso, teve acesso à educação formal, o que possibilitou sua inserção no universo jornalístico, político e literário. Acerca da sua referência literária e política, Caminha (2010) relembra:

Parente, pelo lado materno, do romancista José de Alencar, desde jovem a autora de *O Quinze* se mostraria orgulhosa das convicções políticas dos antepassados: “Nós, os Queiroz (pela parte de meu pai), e nós, os Alencares (pela parte de minha mãe), sempre fomos raça de repúblicas e rebeldes (CAMINHA, 2010, p. 7).

Durante sua infância e juventude, a autora teve acesso também ao círculo político cearense, já que seu pai, além de bacharel, era fazendeiro e mantinha laços próximos às oligarquias que dominavam a política do Ceará. Nesse momento, ocorria a Primeira República que foi marcada inicialmente por dois governos liderados por militares do exército. Os instáveis governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto deram lugar a governos civis representados pela força das grandes oligarquias e grandes acordos baseados em atos ilícitos e em troca de favores.

Tal momento também ficou conhecido como o período da política do café com leite, período de dominância das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, alicerçadas pela política dos governadores, criada pelo Presidente Campos Salles. Esse modelo de fazer política tinha como métodos: as fraudes eleitorais, o clientelismo e a compra de votos.

Durante a Primeira República, ocorreram grandes secas no Nordeste Brasileiro que intensificaram a miséria e a exclusão social dos sertanejos, esse cenário foi crucial para a gênese da escrita de Rachel de Queiroz. Ainda no século XX, verificamos a instalação de indústrias no país que geraram a formação lenta de nossa classe operária; com a influência de imigrantes italianos, surgiram os primeiros sindicatos e as primeiras greves gerais da história do país.

Esse momento é marcado por transições e mudanças sociais, o operário passa a ser visto, lentamente, como um braço forte para o desenvolvimento do país, no entanto, o poder e a ascensão estavam restritos ao homem burguês.

No campo literário, estavam chegando as influências das vanguardas europeias que inspiraram os autores em organizarem a Semana de Arte Moderna em 1922, chocando a sociedade paulista da época. Em 1930, esse modelo político

chegou ao seu esgotamento, por meio do rompimento da política do café com leite entre São Paulo e Minas Gerais, e dos descontentamentos das demais oligarquias que queriam maior participação nas decisões políticas do país. No entanto, essas mudanças políticas não foram suficientes para mudar a posição social da mulher, visto que essas questões não faziam parte dos interesses em voga.

Nesse contexto, o grupo político liderado por Getúlio Vargas toma o poder e proclama o triunfo com a chamada Revolução de 1930, que iria inaugurar uma nova era em nossa história. Tal momento foi marcado pela forte influência de Rachel de Queiroz no campo literário vinculada ao seu engajamento político.

A Era Vargas foi longa e de grandes modificações em nossa sociedade, cultura e economia, merecendo a análise dos papéis da educação e do feminino. Nesse momento, permanecia a ideia de que caberia a mulher a responsabilidade pela educação do lar, sendo este considerado sagrado, tal como explica Natália Esteves (2020), em seu recente estudo acerca das conquistas femininas na Era Vargas:

Se ao homem cabia a esfera pública, o trabalho fora de casa e o sustento da família, à mulher recaía a responsabilidade pelo bom funcionamento do lar e educação dos filhos. Por isso a educação que recebia era voltada para a vida doméstica. Para o governo Vargas, em especial o Ministro da Educação Gustavo Capanema, a família era a “base da nossa organização social e por isto colocada sob a proteção especial do Estado” e as jovens mulheres deveriam ser educadas de modo que tomassem consciência de sua importante missão de conservar o lar. (ESTEVES, 2020, p. 1)

Durante o governo Vargas, o Brasil passou por um período de industrialização e crescimento econômico, frutos da política de Estado criada pelo governo brasileiro. Em 1934, foi criada uma Constituição que trazia uma série de novidades, dentre elas uma legislação trabalhista e o direito de voto às mulheres. Segundo Fraccaro (2018, p. 151), a Constituição que vigorou a partir de 16 de julho de 1934 estabelecia “princípios de igualdade salarial e coibição da discriminação entre homens e mulheres, fosse religiosa, política ou geracional, e a proibição de demissão por mudança de estado civil”. A Constituição de 1934 garante:

Art. 121: a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil.

Art. 141: obrigatório, em todo o território nacional, o amparo à maternidade e à infância, para o que a União, os Estados e os Municípios destinarão um por cento das respectivas rendas tributárias. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1934).

Apesar do que estava descrito na Constituição de 1934, não existia – na prática – a igualdade de condições econômicas devido às desigualdades de gênero. Chega a ser uma visível contradição, pois o discurso oficial do governo e da sociedade como um todo, era de que as mulheres deveriam estar reclusas ao lar, uma vez que a família era a base da nação. Isso é verificado na dificuldade das mulheres romperem as barreiras do patriarcado, também dentro do campo literário.

Gradativamente, devido aos processos de urbanização e industrialização, ocorreram mudanças econômicas que afetaram o custo de vida nas cidades e, assim, iniciou a inserção do público feminino no mercado de trabalho, não como forma de independência, mas sim como uma necessidade para a manutenção do lar. É nesse momento que ela passa a ter uma dupla jornada, pois aquelas ideias oriundas do patriarcado se mantiveram na exigência do cumprimento de suas atividades como esposa e mãe.

Ainda convém lembrar que, mesmo antes da Constituição de 1934, foi criada em 1932, uma legislação que dava o direito à licença maternidade às mulheres, proibía o trabalho noturno e a diferença salarial entre homens e mulheres. Mesmo assim, desafios eram comuns, pois eram constantes as atitudes tomadas pelos empregadores na recusa de viabilizar os direitos garantidos pela legislação. Esse ordenamento jurídico garantia à mulher os subsídios fundamentais, porém era necessário um trâmite burocrático negligenciado pelas empresas.

As mudanças econômicas e as gerações de emprego ocorreram dentro de um contexto de instabilidade política, pois Getúlio Vargas perseguia opositores e manipulava o jogo político, chegando – até mesmo – a instalar a Ditadura do Estado Novo, que foi um período de forte investimento industrial, baseado na ideologia do trabalhismo.

Uma nova Constituição foi criada em 1937 para dar um aparato de oficialidade ao regime instaurado e em 1943 foi criada a CLT, que trazia a mesma ideia do que já dizia a legislação em 1932 a respeito da licença maternidade e da equiparação de salários entre homens e mulheres. Além de reforçar os direitos

conferidos à maternidade, a CLT trazia outros direitos concedidos às mulheres, equiparando sua situação trabalhista ao que já era adquirido pelos homens. Conforme está na CLT:

Art. 392: § 4º É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos: I - transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho. II - dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares. (CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS, 1943.)

A fim de evitar interpretações dúbias em relação às leis dispostas na CLT, o documento frisa que os direitos atribuídos às mulheres não são de caráter provisório. Isso mostra o quanto a aceitação e aplicação da igualdade de gênero no Brasil era difícil, visto que a sociedade – mesmo diante de avanços econômicos e sociais e diante da lenta entrada da mulher no mercado de trabalho – possuía forte caráter conservador, autoritário e patriarcal.

O próprio trecho do documento nos mostra em suas entrelinhas a necessidade da equiparação de direitos entre homens e mulheres como uma forma de correção histórica para apagar as formas de exclusão e silenciamento impostas ao público feminino quanto a questões de inclusão e aceitação no meio social.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não obsta a adoção de medidas temporárias que visem ao estabelecimento das políticas de igualdade entre homens e mulheres, em particular as que se destinam a corrigir as distorções que afetam a formação profissional, o acesso ao emprego e as condições gerais de trabalho da mulher. (CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS, 1943.)

Homens e mulheres eram aparentemente iguais perante a lei, entretanto, o que estava posto nas legislações não condizia com as práticas sociais do período. A prova disso é o que estava posto no Código Civil de 1916 que, por sua vez, corroborava ainda mais com o abismo entre homens e mulheres, ao colocar a mulher sobre a tutela do marido em que este teria que autorizar a esposa para que trabalhasse fora do domicílio: “Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251) e o inciso VII Exercer profissão (art. 233, nº IV). (CÓDIGO CIVIL, 1916).

A CLT de 1943 relativiza esse ponto, ao permitir que a mulher assumisse um emprego quando o homem não estivesse suprimindo todos os gastos do lar. Conforme aponta Maia:

Na condição de esposas, além de não poderem se constituir em indivíduo jurídico - elas eram incapazes perante a justiça - as mulheres não podiam, também, concorrer como indivíduos livres no mundo do trabalho, pois dependiam da autorização do marido. Ao legislar o status, o Estado criou, de certa maneira, outra forma de marcar o sujeito instituindo mais um elemento de desigualdade, neste caso, entre solteiras e casadas. (MAIA, 2007,152)

Acima, foram representadas algumas contradições da sociedade brasileira perante a busca pela igualdade entre homens e mulheres e a situação do trabalho conferido a elas. Tais contradições evidenciam o quão as relações patriarcais estavam presentes nas legislações do período e perduraram por muitos anos.

Mesmo precisando de uma autorização do marido para entrar no mercado de trabalho, como previsto em lei, as mulheres enxergaram uma oportunidade para escapar do controle masculino. Esse sentimento de subversão foi logo percebido e barrado pelo *status quo da* situação dominante; e a mulher foi, mais uma vez, redirecionada ao lar.

Como já discutido anteriormente, o governo Vargas era ambíguo: modernizador na economia e conservador nos costumes. Sendo assim, entendia que os homens deveriam conquistar o espaço fora da casa e as mulheres serem as donas do lar, reclusas ao espaço doméstico, pois elas teriam um papel fundamental na formação e sucesso da família.

Frente a isso, a carreira profissional feminina passou a ser enxergada como uma oposição à vida matrimonial e, conseqüentemente, uma opção desaprovada pelas ideais patriarcais ainda vigentes. As mulheres que ocupavam postos em locais de trabalho eram solteiras e, por isso, mal vistas diante de uma sociedade que exigia dedicação integral à instituição familiar, sobretudo ao marido.

Diante desse cenário, o silenciamento feminino continuou em vigor, uma vez que as mulheres que eram condicionadas à vida doméstica – mesmo aceitas socialmente, pois estava a serviço do marido – não tinham liberdade de expressão, tampouco autonomia financeira, política e social. Para as que buscavam essa

liberdade e autonomia por meio da carreira profissional, eram abandonadas socialmente.

Mesmo com o abandono social, muitas mulheres optaram pela subversão, resistiram e buscaram o mercado de trabalho, este, por sua vez, oferecia limites de liberdade, pois as profissões ofertadas para a mulher tinham um caráter secundário, mantendo a ideia de postura feminina associadas ao cuidado.

Mesmo diante das resistências de grande parte da sociedade e, mais tarde, somadas às diretrizes ventiladas pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas, as mulheres mantiveram-se em postos de trabalho. Mas é verdade que em profissões adequadas a sua suposta natureza: magistério, enfermagem, odontologia, setor agrícola. (ESTEVES, 2020, p. 6)

De certa forma, os estereótipos conferidos ao trabalho feminino contribuíram para associar algumas profissões como sendo destinadas para aquelas que possuíam uma personalidade conservadora, doce e responsável. Isso deu início a uma segregação entre as profissões destinadas aos homens e às mulheres, sendo o magistério, por exemplo, ligado à maternidade, compreendendo os rótulos aplicados à mulher.

Perpetuando a desigualdade existente entre os gêneros, um abismo salarial era evidente, as profissões tidas como femininas, configuravam-se como extensões de seus atributos maternos e domésticos. A mulher, por sua vez deveria servir a sociedade, eram – desde cedo – educadas para o serviço, sem perspectiva de liberdade e independência.

No artigo “Os estudos de gênero e a mágica da globalização”, escrito em 2005, a professora Heloisa Buarque de Hollanda aborda uma reflexão sobre os estudos de gênero, assim como sobre o desenvolvimento dos estudos feministas no Brasil, e as armadilhas discursivas que envolvem algumas questões identitárias.

Para a escritora, o paradigma patriarcal acompanha essa liderança feminina na esfera pública, e suas áreas de atuação continuam sendo de cunho doméstico. Hollanda (2005, p. 3) ainda afirma que: “esse cenário de vitória e aquisição de poder na esfera pública e no mercado de trabalho não corresponde a uma alteração significativa nas práticas comportamentais e na lógica discursiva das mulheres brasileiras [...]”. Atuar em áreas administrativas, financeiras e outras conquistas

inclinadas para posições historicamente vistas como talentos femininos (domésticos) não representa uma liderança feminina.

À vista disso, nasce uma “armadilha discursiva” que regula a entrada da mulher no mundo trabalhista e em outras vertentes sociais, reforçando assim o paradigma patriarcal. No campo literário, as escritoras da época estavam sendo perseguidas diante da política de governo de Getúlio Vargas de compreender críticas políticas e sociais a agentes subversivos, uma vez que eles seriam comunistas infiltrados ou simpatizantes deles.

Diante dos fatos apresentados, compreendemos como esse momento político brasileiro foi conturbado, haja vista ter sido instalado no Brasil a ditadura do Estado Novo, como uma resposta ao comunismo que tentava se instalar no país desde 1935. A ideologia do Estado novo era baseada na perseguição aos opositores, censura e fim dos partidos políticos e prisão de subversivos. À vista disso, Rachel de Queiroz, assim como outros escritores brasileiros, sofreu perseguições. Através de sua escrita, denunciava opressões sociais, percalços relativos ao gênero e posicionamentos políticos que incomodavam as autoridades.

Além disso, a escritora acentua, em suas narrativas, as relações sociais e políticas do período com naturalidade e, para isso, ela dá voz a figuras femininas que capitalizam suas ideias subversivas. Em suas personagens, ela evidencia personalidades que condizem com as ideias do patriarcado, em contraste com personalidades transgressoras que, por sua vez, sofrem o abandono social, principalmente quando se opõem ao casamento e à vida doméstica. Essa aceitação – em contraposição com o abandono vivido pelas mulheres, ocasionado por suas posturas sociais – evidencia como a mulher é vista nesse contexto conservador.

Para ampliar esse olhar, observaremos, agora, como acontece a manutenção do discurso em torno dos limites que cerceiam as práticas femininas, colocando em posições diferentes de hierarquia a situação das mulheres solteiras e casadas, de forma que o tratamento diferenciado dado a ambas as situações, conferia, ainda assim, uma vida sem liberdade.

3.3 O ABISMO ENTRE MULHERES SOLTEIRAS E CASADAS E A PERMANÊNCIA DO ABANDONO SOCIAL

Os papéis sociais são diferenciados pelo sexo, com isso a posição de solteira não condizia com as atribuições e com a imagem da mulher dentro do patriarcado. Desde a infância, a menina era educada para a vida matrimonial, sendo assim a responsável pela organização do lar e da família. Dessa forma, a solteira foi negativamente descrita principalmente por ir de encontro aos bons costumes sociais.

As características estéticas e morais atribuídas à mulher solteira causava repulsa até mesmo nas próprias mulheres, pois eram vistas como rejeitadas. Por isso, muitas mulheres – mesmo tendo o desejo de liberdade – temiam ser as “solteironas”, como assim eram rotuladas; com isso, surgiu a ideia da “solteirona frustrada, rancorosa, invejosa e recalcada, uma imagem estereotipada a que nenhuma mulher queria ser associada ou gostaria de refletir. Essa invenção se deu por oposição à esposa feliz e para confirmar sua existência.” (MAIA, 2007, p. 281)

Em nível hierárquico, a mulher solteira estava abaixo até mesmo da mulher prostituta, uma vez que a sua escolha em não atender aos padrões patriarcais da sociedade lhe conferiam um *status* negativo. A pesquisadora brasileira, Ecléa Bosi, em seu livro: *Memória e Sociedade*, publicado em 1979, sintetiza como ocorre essa hierarquia:

Mulher solteira não tem projeção social. Conheci uma senhora que dizia com muita graça: na escala social primeiro existe a mulher casada, em segundo lugar a viúva, em terceiro lugar a desquitada, em quarto lugar a prostituta, em último lugar... a solteirona. Nunca ninguém lembrou de escrever coisa sobre a mulher solteira. (BOSI, 1997. p. 293.)

Em virtude das mudanças políticas ocorridas no Brasil no final do século XIX e início do século XX (como a queda da monarquia, as entradas das ideias positivistas, cientificistas e republicanos), a forma de vida das mulheres solteiras não se encaixava na gestação dessas mudanças, haja vista que estas eram consideradas questionadoras da ordem patriarcal estabelecida. Mesmo recebendo uma formação que lhes direcionassem ao matrimônio, não necessitavam de uma figura masculina para se sentirem realizadas, no entanto, essas condutas lhes

conferiam o abandono social. Para Cláudia Maia (2007) em seu estudo: “*A invenção da solteirona*”:

A família conjugal foi percebida como o *locus* principal da produção do modelo da “verdadeira mulher” em que todas as mulheres deveriam ser assujeitadas - e de suas novas funções como administradoras racionais do âmbito doméstico, como esposas dedicadas e mães inteligentes, responsáveis pela criação e educação dos filhos, os novos cidadãos, que dariam ao Estado. (MAIA, 2007, p. 06)

A permanência desse lugar feminino envolvia interesses que iam além do aspecto puramente familiar, já que a função da mulher transcende a sua relação matrimonial. Como discutido anteriormente, era dada a elas a função de ensinar e educar para a manutenção das convenções patriarcais.

Vale frisar que não era dada a importância efetiva ao que as mulheres pensavam e sentiam, visto que a preocupação não era com sua ascensão, tampouco com seus interesses, mais sim com sua participação no progresso do Estado brasileiro que, por sua vez, estava sofrendo mudanças. Algumas dessas mudanças passavam pelo seio familiar em que as mulheres seriam a base de formação do sucesso desse projeto de nação.

Constataremos esse viés social tomando como base as trajetórias femininas apresentadas no *Bildungsroman* de Rachel de Queiroz, “*As Três Marias*”, que será analisado no capítulo seguinte. O romance é ambientado nos contextos históricos e sociais aqui apresentados: a manutenção da família tradicional era primordial e, quando ocorriam rupturas, as meninas, pertencentes a essas famílias, eram enviadas a instituições que manteriam essa formação feminina. Essas instituições seguiam o modelo educacional instituído na Era Vargas que continham resquícios do modelo do século XIX.

Ao longo da narrativa, acompanharemos os percalços femininos, bem como a segregação existente entre a mulher casada e a mulher solteira. Mesmo sendo educadas para pertencerem ao círculo social da mulher casada, existem pensamentos de subversão que são cerceados pela sociedade e por seu modelo patriarcal: dava apenas às esposas o respeito social e às solteiras, o abandono.

O patriarcado também se faz presente na inexistência de segregação entre os homens, uma vez que estes eram tratados como sexo dominante, herança dos

tempos coloniais. A estrutura socioeconômica aqui desenvolvida, tendo por base o modelo agrário-exportador, tinha como núcleo a casa grande e o senhor de engenho todo poderoso. A única diferença perceptível entre o homem solteiro e casado residia no *status* social adquirido, haja vista que o homem casado necessitava do casamento para efetivar seu poder, influência e consolidar-se nesse universo que exigia o cumprimento dos deveres masculinos.

Por deveres masculinos entende-se o matrimônio, a constituição de uma família, a necessidade de promover o crescimento econômico de seu negócio, o controle sobre os corpos e almas dos escravos e o controle sobre sua esposa, a dona do lar e responsável pela educação dos filhos. Já o homem solteiro, apesar de todas as vantagens possuídas por ser homem, em certa altura da vida, deveria empreender a busca por uma esposa, a fim de ser mais reconhecido na sociedade e pela família.

Como já apontado anteriormente, as mulheres não possuíam esses privilégios. A mulher solteira era forçada, mesmo sem desejo, a buscar um esposo, a aceitar as convenções sociais, haja vista que poderia ser confundida com uma prostituta ou lasciva, já que os homens confundiriam essa escolha como uma abertura para praticar abusos sexuais. A recusa ou demora das mulheres solteiras em buscar um casamento estava diretamente ligada à questão sexual, uma vez que não existiam legislações que protegessem as mulheres contra os abusos sexuais cometidos por homens, corroborando a prática patriarcal.

Do senhor de engenho à figura do bacharel, esses costumes e pressões impostos sobre as mulheres cristalizaram-se ao longo dos séculos, em que a figura masculina manteve sua posição social conservada e amparada pelas leis. A figura feminina permanece abandonada socialmente e submissa diante da figura do marido, do Estado e da sociedade.

O *Bildungsroman*, como já citado aqui, surge inicialmente para retratar a vida e os valores da classe burguesa masculina, evidenciando o crescimento, o progresso e o desenvolvimento do Estado alemão e, posteriormente, de outros Estados, na segunda metade do século XIX, através da figura masculina. Afinal, os valores burgueses eram os valores masculinos por sua excelência: a força, a coragem, a aventura dos negócios, a dominação e o controle sobre a natureza e a descobertas de novas tecnologias.

Com isso, o gênero literário continha a dominação da figura masculina e de exaltação de suas conquistas e constante evolução, refletindo as relações sociais, inclusive a submissão da mulher. Esta, por sua vez, deveria ser uma companheira fiel, sempre ao lado do esposo, cuidadora da família e responsável pela educação dos filhos, aperfeiçoando-os como indivíduos e cidadãos do Estado.

Aquelas que questionavam os valores burgueses masculinos eram retratadas como loucas, solitárias, e com tendências ao suicídio. Esse rótulo estava presente não somente nos romances de autoria masculina, mas também nos romances de formação femininos, não porque as mulheres concordavam com tais desfechos trágicos, mas porque era essa a realidade e a educação que recebiam. Como podemos contatar no *Bildungsroman* feminino, “Wuthering Heights” (1847), citado em nosso primeiro capítulo, a escritora Emily Brontë norteia sua escrita pelas questões de gêneros que permeiam seu momento de escrita.

Ao acompanhar a formação física e psicológica das personagens femininas, são evidenciados os entraves sociais que atravessam suas trajetórias. A submissão e a devoção à figura masculina não permitiam a ascensão feminina, mas tentar fugir dessa submissão acarretava finais tristes e melancólicos. A escrita feminina reflete as insatisfações do meio social, em que as mulheres estavam imersas, pois as obras retratavam a situação de submissão diante do marido, das instituições do estado e da sociedade.

Esses desfechos negativos associados às mulheres que questionavam e não se submetiam ao casamento era também uma forma de reforçar os laços de controle e perpetuação do matrimônio. Por não deixar nenhuma outra escolha para alcançar a felicidade, nasce daí o estereótipo de “esposa feliz” construído mediante a “vida celibatária triste e inferiorizada, como forma de confirmar o seu oposto: a casada é feliz” (MAIA, 2007, p. 218).

Para a pesquisadora Cláudia Maia (2007), o casamento era visto como o único destino possível às mulheres, excluindo, assim, as possibilidades de carreira profissional que, por sua vez, não eram vistas como relevantes dentro desse contexto social. Em contrapartida, as relações amorosas que tinham como finalidade o casamento, eram primordiais:

Dessa maneira, a vida de casada por oposição à de solteira era melhor, não podendo “haver duas opiniões”, já que a primeira

colocava fim à ansiedade de sua existência - conseguir ou não um marido Novamente a conjunção "ou" indica a situação entre duas únicas possibilidades de condição social - inerente ao destino das mulheres: esposa, realizada, amada e feliz "ou" solteirona, desencantada, proibida de amar. A matriz de sentido principal nessa enunciação é, desta forma, o amor na sua modalidade burguesa determinante da felicidade e da realização enquanto mulher. (MAIA, 2007, p. 221)

A modalidade de vida burguesa trazia consigo os sopros da liberdade e da igualdade, porém tais ideias poderiam desestruturar as convenções sociais do patriarcado no Brasil, uma vez que as mulheres poderiam – através de idealizações – notar que o casamento e a vida familiar não eram sinônimos de felicidade. Entretanto, os costumes patriarcais foram ressignificados para combater esses pensamentos das mulheres, utilizando o discurso que o amor e, conseqüentemente, a felicidade só seriam encontradas dentro do casamento, ao lado do esposo, obedecendo-o e cuidando da família.

Isso também se configura como uma “armadilha discursiva” (HOLLANDA, 2005) para que sejam mantidas essas ideias oriundas do patriarcado e limite os pensamentos e atitudes femininas a fim de manter a hegemonia masculina. A literatura faz ecoar a voz daquelas que, mesmo reféns dessas armadilhas, buscavam fugir desse cenário e a partir da escrita externalizam um discurso de subversão.

À luz desses conceitos, partamos agora para nosso capítulo de análise, nele usaremos as teorias aqui citadas como lentes para perceber a condição de mulher na sociedade do século XX, especialmente evidenciadas no romance modernista da escritora Rachel de Queiroz, “*As Três Marias*”. (1939). O contexto histórico e as legislações aqui visitadas servirão para explicar o momento e o espaço em que é ambientado o romance, e como este se configura como um *Bildungsroman*, além de verificarmos como as questões de gênero permeiam a escrita.

O romance é protagonizado por Maria Augusta (Guta) que narra, de forma cronológica, sua vivência e de mais duas amigas, desde a infância, quando se encontram em um colégio religioso até a vida adulta. A formação das meninas é marcada por regras e costumes tradicionais, elas sofrem rupturas familiares que as fazem chegar ao internato onde se conhecem e, a partir de então, tornam-se amigas íntimas.

Maria Augusta narra as descobertas e insatisfações em viverem reclusas, reconhece as poucas possibilidades de liberdade, mas alimenta diariamente expectativas e anseios de viver uma vida livre. Ela chega ao Colégio da Imaculada Conceição após ficar órfã de mãe, e seu pai casar-se novamente com uma mulher que Guta não se identifica. No colégio, ela aprenderia os bons costumes sociais e é preparada para o casamento e para a vida materna. Durante sua estadia no colégio, a protagonista divide seus sonhos e angústias com duas grandes amigas, Maria da Glória e Maria José.

Maria da Glória vive um intenso luto, desde seu nascimento, sofre com a ausência de sua mãe que faleceu no parto. Maria foi criada por seu pai, um homem dedicado e preocupado em manter vivas as lembranças de sua falecida esposa. Ela chega ao colégio Imaculada Conceição quando passa novamente pela experiência do luto, dessa vez ao perder seu pai, causando-lhe assim profunda tristeza.

A terceira Maria, Maria José sofre uma ruptura familiar, seu pai abandonou sua família para viver com outra mulher, diante do sentimento de rejeição, ela foi enviada para o colégio, para que lá fosse educada dentro dos costumes tradicionais.

No internato, elas aprendem como é ser mulher dentro dos costumes patriarcais, são presas às convenções religiosas e recebem uma “educação negativa” (WOOLF, 2013, p. 52). Nesse modelo de educação, além dos ensinamentos formais, eram instruídas como para se comportar socialmente, o que não era permitindo às mulheres de sua época, impondo limites de falas e atitudes. A obra denuncia a submissão e a reclusão feminina, bem como as amarras da cultura patriarcal, os estereótipos e as armadilhas discursivas que são criadas e mantidas ao longo da história para manter a posição hegemônica da figura masculina.

4 O CASAMENTO VERSUS O ABANDONO SOCIAL NA FORMAÇÃO DA MULHER

De fora, existe coisa mais simples do que escrever livros? De fora, quais os obstáculos para uma mulher, e não para um homem? Por dentro, penso e, a questão é muito diferente; ela ainda tem muitos fantasmas para combater, muitos preconceitos a vencer. (WOOLF, 2013, p. 17).

Neste capítulo, falaremos acerca dos espaços sociais habitualmente destinados às mulheres e dos principais elementos de cerceamento da liberdade feminina. Para tanto, aprofundaremos as discussões relacionadas à educação feminina na obra “As Três Marias”. Em seguida, observaremos a resistência aos valores vigentes, tomando por base a análise da personagem Maria Augusta. Posteriormente, no intuito de aprofundar tais discussões, traremos para esta análise o olhar de Beauvoir para a condição social da mulher.

4.1 ÀS SOMBRAS DE UMA ÉPOCA: A EDUCAÇÃO FEMININA EM AS TRÊS MARIAS

Esta seção versa acerca da imagem da mulher percebida pela sociedade, bem como sua projeção na literatura. A trajetória feminina, diferentemente da trajetória masculina, é marcada por preconceitos e responsabilidades associadas à maternidade e ao matrimônio. Ademais, a submissão e os interesses sociais e familiares interferem na formação da mulher de tal forma que, para ter realizações e respeito na sociedade, faz-se necessário a presença de uma figura masculina, o pai ou um marido, que a acompanhe e tome as decisões, tal como afirma Sylvia Iwami (2016):

Numa sociedade em que os homens detinham o direito ao debate político, cultural e social, o casamento era o destino natural das mulheres cujas famílias possuíam alguma riqueza, eram tratadas como propriedade de seus pais e depois de seus maridos, vivendo sob a tirania do domínio financeiro masculino. Afinal, qualquer bem que levassem de suas famílias para o casamento era transferido para o marido, já que elas não podiam, legalmente, manter riquezas em seus nomes. Eram, as mulheres, moedas de troca. Sendo, portanto, o casamento a única opção “digna de vida” às mulheres

adultas, elas assumiram seus papéis e dedicaram-se a casa e aos filhos. (IWAMI, 2016, p. 24)

Diante dessa perspectiva, a figura feminina representada na literatura não se desprende dessa concepção social, uma vez que as personagens femininas que resistiram e não seguiram esse padrão de matrimônio e maternidade acabam enfrentando um abandono social, bem como desfechos associados à loucura e a exclusão.

Ao longo da formação social, a trajetória da mulher escritora foi árdua, sobretudo por ter atribuições predeterminadas pela sociedade. Tais figuras femininas recebiam o que Virginia Woolf (2013, p. 52) chama de “educação negativa, que decreta não o que se pode fazer e sim o que não se pode fazer”. Esperava-se, assim, um comportamento doce e gentil acompanhados de uma postura de submissão. Dessa forma, “matar o Anjo do Lar fazia parte da atividade de uma escritora.” (WOOLF, 2013, p. 14)

Esse “Anjo do Lar” persegue as escritoras, da mesma forma que persegue as personagens femininas que representam as mulheres da primeira metade do século XX, como uma voz sempre sussurrando: “Seja afável; seja meiga; lisonjeie; engane; use todas as artes e manhas de nosso sexo. Nunca deixe ninguém perceber que você tem uma opinião própria. E principalmente seja pura” (WOOLF, 2013, p. 12).

Ao projetarmos esse estudo para o romance de Rachel de Queiroz, “*As Três Marias*”, percebemos que o tradicionalismo, bem como os dilemas morais e as orientações religiosas conduzem a trajetória das personagens femininas, tanto no ambiente familiar, como no escolar e religioso frequentado pelas meninas.

No romance, as personagens femininas sofreram rupturas familiares que conduziram o desenvolvimento delas na narrativa. A protagonista, Maria Augusta, é uma mulher contestadora e corajosa, cujas perspectivas de vida vão além da tradicional imagem da mulher mãe. Ela configura-se como uma espécie de alter ego da própria Rachel de Queiroz que, por sua vez, teve sua trajetória marcada pela influência social. De tal maneira, os dilemas associados ao gênero estão sempre presentes durante todo o romance.

Inicialmente, a narrativa se passa no Colégio de freiras da Imaculada Conceição, que segue o modelo educacional da Era Vargas, nele as meninas são formadas conforme os costumes patriarcais enraizados desde a colonização. “Onde meninas silenciosas, vestidas de xadrez humilde, aprendiam a trabalhar, a coser, a

tecer as rendas dos enxovais de noiva que nós vestiríamos mais tarde, a bordar as camisinhas dos filhos que nós teríamos.” (QUEIROZ, 2021, p. 35).

Guta, como a protagonista é chamada, é a narradora em primeira pessoa. Aos doze anos e órfã de mãe, ela saiu da fazenda no sertão do Cariri e foi para um colégio interno onde conheceu suas melhores amigas, Maria José e Maria da Glória. No colégio, aprendiam a ser senhoras de bem, donas de casa, prontas para o casamento.

Maria José sofreu o drama do abandono, seu pai apaixonou-se por outra mulher e desprezou a família, essa rejeição amorosa causou muita amargura e sofrimento, de modo que a menina, desde cedo, buscou na religião um refúgio para a solidão. Já Maria da Glória era órfã de pai e mãe, sua mãe morreu no parto, o marido dedicado e saudoso manteve vivas as lembranças da falecida; anos mais tarde, ele morre deixando organizada a assistência e proteção de Glória. A órfã entrou no colégio com todos os estereótipos de uma órfã: irremediavelmente infeliz e inconsolável.

Quando adulta, Maria da Glória dedicou-se ao casamento, integrando-se novamente a um meio familiar, Maria José dedicou-se à religião e viveu envolta a uma nuvem de culpa. Maria Augusta teve romances conturbados, uma gravidez indesejada, amores proibidos e um desejo ardente de conhecer o mundo. Viveu um romance distante, idealizado, mas que não teve um bom desfecho, isto é, teve que deixar seu amor e viver mergulhada na melancolia e solidão.

As três Marias, como foram nomeadas, dividiam os sonhos e as angústias, cresceram e seguiram seus destinos como se já estivessem prescritos pela sociedade; a única que consegue superar as tristezas e ser feliz é Maria da Glória, casou-se e construiu uma família, como prescrevem as convenções:

Agora acabou a carreira da órfã... Realmente, acabara de modo tão complexo que ela nem ouviu o que eu disse e, toda entregue aos ritos do sacrifício, voltou-se para o marido [...] Para Glória, era como se nascesse naquele dia, e nascesse sem dor, vestida de seda branca, amando, sendo amada, e à espera de incomparáveis delícias. (QUEIROZ, 2021, p. 141).

Maria da Glória assume o papel de mulher casada, teve o respeito social que era dado apenas às esposas, viveu o sonho que foi alimentado desde cedo em sua formação. Ela seguiu o modelo de felicidade empregado pela sociedade, a

submissão ao marido era sentida como um prêmio, pois só assim não sofria o peso do abandono, comum às mulheres solteiras.

Maria Augusta não alcançou o mesmo destino, foi feliz por um curto período, porém essa felicidade não se perpetuou, uma vez que não estava dentro dos moldes sociais. Ela sentiu receio de contar as aventuras do seu romance até para a própria amiga, sendo julgada não apenas por ela, mas por todos que ouvissem. Sobre isso, Galbiati (2013) argumenta que “a autoafirmação e autorrealização tornam-se cada vez mais difíceis e distantes. Aquela que tentasse traçar um caminho alternativo do esperado socialmente de uma mulher era incompreendida e marginalizada.” (GALBIATI, 2013, p. 42). Para a sociedade, o casamento era a única forma de alcançar a felicidade e a ascendência social, as meninas eram educadas e preparadas para isso; precipuamente em um colégio interno, seguiam os exemplos das que casavam primeiro e sonhavam com o seu dia. O trecho, a seguir, exemplifica bem essa afirmação: “De noite, deitadas nas nossas camas do dormitório, pensávamos na outra, da nossa idade e já com aliança de ouro no dedo, já andando pela mão dum companheiro por novos e livres caminhos.” (QUEIROZ, 2021, p. 88).

Quando Guta saiu do colégio e foi para casa, cobraram dela não apenas o comportamento de uma moça tradicional, mas também de uma moça que estudou em um colégio interno, ela não se sentia pertencente àquele lar, tampouco sentia a necessidade de um lar, como elucida o trecho abaixo:

Logo no dia seguinte ao da minha chegada, houve uma sessão solene, onde, depois de breve prólogo, Madrinha explicou meus novos deveres de filha e irmã mais velha, falou na colaboração que a família esperava de mim. E como me horrorizavam, minha Nossa Senhora, as camas por fazer, as meias por cerzir, as mesas a pôr e a tirar, as famosas semanas de cozinha que eu deveria revezar com minha madrastra! O fim apologético daquilo tudo era preparar em mim a futura mãe de família, a boa esposa chocadeira e criadeira. (QUEIROZ, 2021, p. 90)

O internato, assim como a sociedade, preparava a mulher para o casamento, todavia, Maria Augusta era contestadora, cética e tinha curiosidades de conhecer a vida. A amálgama dessas características logo fez com que a personagem se desprende da culpa que a religião ensinava e a fez querer conhecer o mundo,

embora tivesse medo do amor. Assim sendo, Maria Augusta cresceu em meio uma explosão de sentimentos contrastantes: meninas que ousavam e questionavam, e meninas que eram submissas. “No Colégio, cantavam-se em todas as composições e todos os hinos de fim de ano as belezas e as delícias do lar. Por isso, talvez, minha decepção foi tão funda” (QUEIROZ, 2021, p. 89). O modelo de felicidade que aprendeu no colégio não servia para Guta, ela não se enquadrava no grupo das meninas submissas, como sua amiga Glória, tinha aversão não só aos afazeres domésticos, como também à vida matrimonial, desde cedo não admirava a figura masculina, não via razões para tanta devoção e submissão:

Os meninos me importunavam, não os amava, sentia por eles apenas aquela ternura convencional que me tinham ensinado os livros, "a ternura devida aos irmãozinhos". Achava-os hostis, malignos, teimosos. Perturbavam-me nas minhas horas de abstração com discussões e choradeira, batiam-se constantemente, gritavam, sujavam-se, eram maliciosos, inconscientes e cruéis. (QUEIROZ, 2021, p. 89-90).

Com o passar do tempo, sempre que ia passar suas férias na casa de sua madrinha e enxergava como era organizada socialmente a família tradicional, bem como os papéis femininos e masculinos na sociedade, ela queria se distanciar cada vez mais da ideia de formação de um lar. Na realidade, o homem era tão hostil como ela imaginava e os comportamentos submissos que eram ensinados às meninas, não lhes agradavam em nada. “Envergonhava-me dizer, mas não considerava aquilo o meu lar, ou pior, não sentia necessidade de lar, e tudo me parecia aborrecido, monótono e intruso.” (QUEIROZ, 2021, p. 89).

Ao conhecer, de fato, quão recolhido era esse modelo patriarcal, Guta deseja outros caminhos para conseguir alcançar sua felicidade, percebe que o lugar feminino estabelecido pela sociedade é, na verdade, uma exclusão e submissão. A partir disso, começa seus infortúnios, sofre críticas e abandonos.

A narrativa nos permite acompanhar o crescimento e a formação das três Marias, caracterizando, assim, como um *Bildungsroman* feminino, marcado pelos entraves e exclusões de gênero. A sociedade determina uma sujeição da mulher à figura masculina, detentora de poder e controle social e, por essa razão, prepara a mulher para essa posição de subserviência, de maneira que as que vão contra

esses paradigmas sofrem o abandono social. Nessa ótica de observação, Galbiati (2013) pontua que:

Os primeiros Bildungsroman femininos mostram um processo de formação interrompido, truncado, mutilado ou fracasso: seja pela fuga aos padrões sociais de feminilidade, O destino incompleto destas heroínas pode também indicar um modo indireto ou implícito de protesto/rejeição da estrutura patriarcal, que exige submissão e dependência da mulher. (GALBIATI, 2013, p. 41)

Dessa forma, o *Bildungsroman* feminino, identificado no romance de Rachel de Queiroz, não foca no desenvolvimento pessoal e profissional das personagens femininas. Ao observarmos as nuances do romance, percebemos que as trajetórias dessas mulheres são marcadas por barreias sociais que as aprisionam dentro de antigos moldes sociais, tendo como o único destino favorável o casamento; para as que vão contra esses moldes: a melancolia, a solidão e o abandono social.

Diante das rupturas familiares vividas pelas três Marias, o colégio de freiras, no qual as meninas foram levadas, serviu como um tutor responsável por manter a educação e os bons costumes das meninas, porém, essas rupturas influenciam na formação delas. Maria da Glória tenta ressignificar o sofrimento da perda de seus pais dedicando-se inteiramente ao casamento, na tentativa de – novamente – fazer parte de um núcleo familiar. O abandono vivido por Maria José a acompanha durante sua trajetória, ela se dedica à vida religiosa, mas, habitualmente, com um sentimento de culpa e frustração. A narradora, Guta, teve relacionamentos conturbados e, por isso, uma vida amorosa problemática.

O ambiente em que as meninas vivem, descrito no romance como fechado e sombrio, contrasta com o ambiente familiar feliz e aconchegante. A narrativa inicia com a descrição do colégio feita por Maria Augusta, a exposição é acompanhada de um sentimento de estranheza e solidão:

Na parede caiada se desenhava, enorme, o emblema azul da Virgem Maria. Ao centro do pátio ficava o caramanchão cheiroso do jasmineiro e dentro dele, no fresco e no sombrio do verde, a imagem de uma moça de vestido branco e pés nus — uma Nossa Senhora bonita e triste. Em redor do pátio as classes vazias, mudas, fechadas. O ruído dos passos crescia, ressoava pelos corredores, o terço da cintura da irmã tilintava, cheio de medalhas. (QUEIROZ, 2021, p. 7)

A imagem da Virgem Maria, predominante em diversos espaços do colégio, simboliza a pureza e a obediência que é ensinada às meninas, isto é, um modelo de virtude que deve ser rigorosamente seguido. Nesse ambiente, as meninas vivem reclusas da sociedade e só assim podem aprender a serem boas esposas, obedientes e submissas ao patriarcado. Sobre essa lógica de pensamento, Sousa e Fernandes pontuam:

Os preceitos da educação religiosa formavam as moças para serem “as filhas de Maria”, seguindo o exemplo de pureza da mãe de Jesus, sendo que as estudantes deveriam também se espelhar nas freiras, que eram mulheres recatadas, discretas e sem vaidades (SOUSA E FERNANDES, 2019, p. 6)

Para Guta, “o colégio era grande como uma cidadela, todo fechado em muros altos. Por dentro, pátios quadrados, varandas brancas entre pitangueiras, numa quietude mourisca de claustro.” (QUEIROZ, 2021, p. 16) Isso indica que dentro do próprio Colégio existia uma hierarquia. “As Três Marias” pertenciam ao grupo de pensionistas que, por sua vez, foram matriculadas com o intuito de receber uma educação francesa, seguindo os dogmas religiosos. Todavia, elas eram separadas das órfãs, acentuando uma noção desigualdade social que é observada por Maria Augusta no trecho a seguir:

De um lado, vivíamos nós, as pensionistas, ruidosas, senhoras de casa, estudando com doutores de fora, tocando piano, vestindo uniforme de ceda e flanela branca [...]. Rodeando outros pátios, abrigando outras vidas antípodas, lá estavam as casas do orfanato, onde meninas silenciosas, vestidas de xadrez humilde, aprendiam a trabalhar, a coser, a tecer as rendas dos enxovais de noivas que nós vestiríamos mais tarde, a bordar as camisinhas dos filhos que nós teríamos, porque elas eram as pobres do mundo e aprendiam justamente a viver e a penar como pobres (QUEIROZ, 2021, p. 35).

Com isso, o próprio Colégio da Imaculada Conceição contribui para intensificar a normalização da desigualdade social, bem como da submissão, ao passo que as meninas são separadas por critérios socioeconômicos. Para Lara (2006, p. 142), “se existe uma desigualdade socioeconômica, é porque a polaridade é real, anacrônica e substancial na sociedade.” Dessa forma, o abismo entre as classes sociais é naturalizado pela própria organização educacional, acentuando

que o poder econômico é determinante no espaço que cada indivíduo ocupa na sociedade.

Mesmo recebendo ensinamentos que conservam a ideia de respeito e obediência, algumas meninas demonstravam uma aversão à imagem que as freiras transmitiam, tanto da postura quanto da aparência física. Sob a perspectiva de Guta: “a irmã era velha, de olhar morto, fala incolor e surda. Parecia feita de papel pálido, ou de linho engomado semelhante à corneta que trazia à cabeça e que se agitava a cada movimento seu, como uma ave” (QUEIROZ, 2002, p.21).

As meninas enxergam as irmãs com medo, havia entre elas um distanciamento: “Não conseguiria imaginar uma Irmã comendo, vestindo-se, dormindo; não podia crer que houvesse um coração de mulher, um corpo de mulher, debaixo da lã pesada do hábito.” (QUEIROZ, 2002, p.41).

As vestimentas das Irmãs, assim como a postura rígida e conservadora, criavam no imaginário das meninas uma imagem de santa. Para elas, não existia um corpo de mulher embaixo daqueles trajes, era apenas rostos e mãos cuidadosas, de tal forma que imaginar um corpo de mulher, era – para Guta – como se visse um quadro profano num altar: “Certo dia, olhando uma Irmã muito nova, chegada há pouco da Casa-Mãe, notei-lhe o busto redondo, farto, levantando-lhe a linha dura do corpete. Baixei os olhos com vergonha e confusão. Aquilo desafiava meus tabus íntimos” (QUEIROZ, 2002, p.41).

Ao julgar-se pecadora por imaginar um corpo feminino é também uma marca de como a educação recebida no Colégio era conservadora, visto que elas não eram instruídas acerca de questões sexuais e sobre as descobertas, até mesmo, do próprio corpo, em outras palavras, as meninas eram sempre interceptadas pelos costumes morais.

Dessa maneira, assim como as roupas das freiras serviam para esconder o corpo feminino e assim transmitir respeito e seriedade, as roupas das moças também seguiam esse padrão moralista, conforme Sousa e Fernandes (2019, p. 7) pontuam: “as vestimentas das estudantes expressavam a postura da moça recatada que se esperava moldar: a saia abaixo do joelho e as blusas de mangas longas era o uniforme, sendo proibida qualquer modificação”.

Entretanto, Maria Augusta – mesmo sendo repreendida por suas colegas – não aceitava o tamanho da saia e tentava diminuí-la como um pequeno gesto de

resistência: “quanto a mim, a minha vaidade era mostrar as pernas. Tinha horror às saias compridas do uniforme, vivia dobrando secretamente os embainhados, sem se importar com os protestos de Maria José e Glória, que me chamavam de imoral” (QUEIROZ, 2002, p. 40). A postura conservadora era naturalizada nas meninas com tanta intensidade que elas mesmas policiavam tanto a si como as colegas, ponderavam seus próprios pensamentos, especialmente por considerarem impuros diante dos padrões ali exigidos.

Dentro do confinamento, elas enxergam duas maneiras para fugir daquela realidade, uma delas é a partir da memória quando relembram os momentos vividos em um meio familiar e a outra é o sonho com o matrimônio, a possibilidade de encontrar um marido que as façam viver em prol de uma família e assim serem vistas como mulheres de respeito. Para Marques (2010):

Tal evasão traz, em primeiro plano, a figura masculina como elemento facilitador da fuga do claustro. Seja através da memória que valoriza a casa paterna, seja através da imaginação, em que o relacionamento amoroso é visto como o modo de saída do confinamento efetivamente é o homem que tem a chave para a libertação do feminino. (MARQUES, 2010, p. 93-94)

Os encontros e desencontros presentes nas trajetórias das três meninas nos faz compreender muito sobre a época em que o romance foi escrito e, também, sobre nossa formação social e cultural, descortinando como a postura de obediência é estabelecida pelos preceitos sociais até nos dias atuais.

Sob essa ótica, a mulher cuja perspectiva de vida ia além da mãe e mulher submissa, era vista com desconfiança e hostilidade pela sociedade. A própria Rachel de Queiroz teve uma postura transgressora ao tornar-se escritora e fazer suas escolhas amorosas com ousadia. A exemplo disso, ela separou-se do marido em uma época que não existia o divórcio no Brasil, sendo assim, uma mulher à frente de seu tempo.

Na personagem Maria Augusta, é notória a transgressão aos padrões da época. Ela não está confortável com a postura que lhe é imposta e suas atitudes e questionamentos sociais propõem reflexões além do que está escrito. No entanto, o isolamento proporcionado pelo colégio priva essas meninas da realidade social, e o romantismo das primeiras leituras criam expectativas ingênuas. A literatura lida pelas meninas tinha a função de influenciar a visão da realidade, bem como criar

uma ideia romantizada da vida, dado que, em alguns momentos, os julgamentos de Guta são influenciados por suas leituras. Como fica evidente no trecho a seguir, momento em que Glória chega ao colégio:

Entrou no Colégio toda vestida de preto, o cabelo escorrido batendo nos ombros, o grande medalhão brilhando ao peito, no meio da negrura do luto, a caixa do violino debaixo do braço. Porque ela tinha até um violino para completar o quadro, era realmente a órfã, pálida, magrinha, (...), como se tivesse saído de uma gravura daqueles romances que nós líamos em voz alta nos recreios da noite – romances cujos começos são tão tristes, mas que acabam sempre pelo casamento da orfãzinha com o moço orgulhoso, de olhos azuis de aço, motejadores e escaninhos, filho do dono do castelo onde ela é professora. (QUEIROZ, 2021, p. 31)

A visão romanesca que Guta tem sobre Maria da Glória mostra como as leituras influenciavam a sua crítica perante a realidade, e como a ideia de casamento estava sendo colocada. Mais adiante, Guta usa novamente a literatura para descrever a personalidade de Jandira, uma colega de classe: “Era risonha, apaixonada, inteligente, sabia recitar em francês e já brilhara numa festa de fim de ano, declamando *La mort de Jeanne d’Arc*, vestida de arlesiana” (QUEIROZ, 2021, p. 32).

Além da poesia francesa, a narradora faz uma alusão à poesia brasileira, ao citar poemas de Raimundo Correia: “trafegavam continuamente bilhetinhos em decassílabos ou em sonetos, paráfrases burlescas e As pombas, Três irmãs, ao Mal secreto” (QUEIROZ, 2021, p. 33). Ao descobrirem que uma colega está apaixonada pelo professor de História, as meninas os chamam de “Dom Pedro” e “donzela Dona Inês”, fazendo assim uma associação aos *Lusíadas*, de Luíz de Camões.

Com essas leituras, as três Marias descobrem um mundo com o qual elas não têm contato, exterior ao confinamento; todavia, é uma forma idealizada e influenciada pelos costumes sociais. Para Pinto (1990, p. 64), “no caso de Guta e suas companheiras, as promessas de sucesso e realização pessoal acabam, de maneira geral, esmagadas de encontro às restrições e imposições sociais que as moças encontram ao deixar o colégio.”

Ao passo que cresciam, as meninas não liam mais como crianças, o prazer em ler não estava mais nas aventuras heroicas, iam amadurecendo a leitura e a partir dela descobrindo as questões que envolvem a sexualidade:

Nesta nova fase comecei a ler como adolescente, como a quase mulher em que me ia transformando depressa. A querer os livros onde falassem de amor, os eternos e róseos romancinhos franceses, em que homens cheios de espírito e de tédio, cansados das sereias e dos paradoxos, se apaixonam pelas ingênuas de dezesseis anos. (QUEIROZ, 2021, p. 43)

Dessa forma, o mundo ia se construindo para as meninas, ganhando forma a partir das histórias que eram lidas. As situações que traziam entusiasmo para Guta eram descritas como as noites de núpcias conhecidas através dos romances lidos.

Ao ser convidada pelo professor de violino para participar do seu concerto do fim do ano, Glória vive seu momento de êxtase. Ela tem a oportunidade sair do Colégio para os ensaios, e as meninas, tão ansiosas quanto ela, vivem o momento com contentamento. “Nós a enfeitamos e perfumamos como a uma noiva. E talvez noiva nenhuma sinta bater mais forte o seu coração, sob as sedas nupciais.” (QUEIROZ, 2021, p. 67)

Para elas, o entusiasmo era proporcionado pelo sentimento de liberdade e de descobertas, Maria José e Guta viviam aquele momento com intensidade e prazer, ao ouvir Maria da Glória descrever os detalhes da aventura:

Glória ficou indo todas as tardes. E, de cada vez que chegava, era como se nos trouxesse de fora o vasto mundo escondido na mão. O dia inteiro, o levávamos esperando, vigiando incansavelmente a entrada, como se a nós também nos esperasse a aventura. Glória chegava, de olhos reluzindo, quase vermelha, de tão excitada, e nós lhe exigíamos que contasse tudo, tudo! (QUEIROZ, 2021, p. 67)

Posteriormente, Glória começa a namorar e trazia para suas amigas as sensações e descobertas do amor. “Glória quando chegava nos dava a mão a cheirar – as mãos que ele apertava – para que sentíssemos também o seu perfume.” (QUEIROZ, 2021, p. 69). Pela primeira vez, elas estavam vivendo aquele romantismo fora das leituras, agora era próximo e real, porém idealizado.

Jandira foi a primeira a casar, para as meninas que recebiam essa educação, o casamento era um sonho a ser realizado:

De noite, deitadas nas nossas camas do dormitório, pensávamos na outra, da nossa idade e já de aliança de ouro no dedo, já andando pela mão dum companheiro por novos e livres caminhos. O ar dali nos sufocava, parecia-nos que nos impunham anos excessivos de infância. (QUEIROZ, 2021, p. 88)

O casamento significava liberdade, eram preparadas para esse momento, por isso enxergavam com romantismo e fantasia. Essa visão ingênua de imaginar o mundo permanece na protagonista por muito tempo, até que mais tarde, ela conhece um homem e facilmente apaixona-se por ele, não por suas características, mas pela imagem que ela cria dele:

Foi então que notei o homem de cabelos grisalhos, sentado numa das poltronas da imprensa. Magro, sem cor no rosto, a feição miúda e fina, a cabeça enorme, toda alinhavada de branco, tufando em redor das fontes pálidas. Era feio, débil, pequeno, mas tinha um ar de romance (QUEIROZ, 2021, p. 104)

Esse homem, um pintor chamado Raul, foi seu primeiro caso de amor. Acompanhado desse amor, vieram também as decepções: a começar pelas suas pinturas, quando Guta foi convidada a posar para suas telas no seu ateliê e depois por conhecer a esposa de Raul, sentiu-se invadindo um espaço que não era dela. Guta descreve a esposa como: “a legítima, a esposa clássica, a patroa, a dona da casa e do homem” e, por essa razão, sente inveja, pois se imaginava ocupando um lugar que não pertencia.

Tais noções discutidas nesta seção colocam em destaque os papéis sociais destinados às mulheres, tanto no romance observado, quanto no próprio contexto extratextual de produção, isto é, aquele vivenciado pela autora. Essas noções são importantes porque destacam e desnudam os papéis majoritariamente subservientes que as mulheres ocupavam. Frente a isso, é importante destacar, na seção a seguir, o papel de levante e resistência a esse cenário protagonizado por Maria Augusta.

4.2 A RESISTÊNCIA DE MARIA AUGUSTA AOS VALORES VIGENTES

Para Maria Augusta, viver no Colégio a aprisionava, não apenas fisicamente, “o ar dali nos sufocava, parecia-nos que nos impunham anos excessivos de infância. Sentíamos uma sensação humilhante de fracasso, de retardamento, de mocidade perdida.” (QUEIROZ, 2021, p. 88). Após sair do colégio, ela percebe que essas amarras não estavam restritas ao ambiente escolar e que, na verdade, as meninas estavam sendo treinadas para uma configuração social que mantinha a ideia de prisão que viveu desde a infância. Assim que sai do Colégio, ela se depara com a personalidade da mulher que vive submissa ao patriarcalismo, sua madrasta, que

ela chama de “Madrinha”, uma mulher dedicada à família, mergulhada no seu papel de esposa e mãe. Esta, por sua vez, sente-se na função de transmitir essa ideologia para Guta e perpetuar os bons costumes que ela havia aprendido no Colégio.

Como já discutido anteriormente, a educação que recebiam colocava as meninas em uma posição de inferioridade, de modo que, sua capacidade intelectual feminina era sempre posta em dúvida, elas eram condicionadas às tarefas domésticas; como se isso fosse uma condição natural às mulheres. No entanto, Maria Augusta sabia que essas convenções não passaram de amarras sociais.

Assim que Guta chega, já lhe são destinadas tarefas que causavam repúdio, “falou na colaboração que a família esperava de mim. E como me horrorizavam, minha Nossa Senhora, as camas por fazer, as meias por cerzir, as mesas a pôr e a tirar, as famosas semanas de cozinha que eu deveria revezar com minha madrastra!” (QUEIROZ, 2021, p. 91). É possível notar que, na declaração da protagonista, há uma subversão à rotina que lhe fora atribuída. Os deveres de filha e irmã mais velha que a ela foram designados fazem parte do discurso que gira em torno da preparação da mulher para ser a futura mãe de família e esposa dedicada.

No entanto, Guta enxergava aquela atitude apenas como um aproveitamento, para que ela fizesse serviços desinteressantes, uma vez que havia aprendido esses afazeres domésticos, bem como uma postura de submissão no Colégio. Essa rotina de obrigações e julgamentos causa uma profunda insatisfação em Guta, depois de tantos anos reclusos da sociedade, seus anseios eram outros:

E ninguém me entendia, admiravam-se que, depois de tantos anos de reclusão e disciplina, eu só quisesse, só aspirasse à liberdade e aos prazeres proibidos. Como se a prisão acostumassem o prisioneiro, e ele, depois de solto, não desejasse mais nada senão voltar à farda de preso e à ronda noturna no pátio! (QUEIROZ, 2021, p. 91)

Ao conhecer a realidade fora do Colégio, a protagonista percebe que, na verdade, o que lhe prendia não eram os muros do colégio, mas sim as barreiras sociais, visto que mesmo livre, fisicamente, ainda continuava presa às amarras e convenções sociais. Essas amarras sociais não limitavam apenas o espaço no qual a mulher deveria permanecer, mais também as obrigações e posturas que ela deveria assumir.

Sendo assim, ela tem o desejo de fuga e busca sua independência, mesmo que sofresse rejeição social. Prestou concurso para datilógrafa em Fortaleza e, mesmo com resistência de seu pai e sua madrinha, consegue se libertar da reclusão familiar. “Comecei a trabalhar. E parecia-me que a felicidade começava. Viver sozinha, viver de mim, viver por mim, livrar-me da família, livrar-me das raízes, ser só, ser livre!” (QUEIROZ, 2021, p. 92).

Diferentemente da educação conservadora que recebeu, para Guta, o sentimento de liberdade não era a partir do matrimônio, mas sim da independência, ou seja, viver longe dos costumes familiares e, sobretudo, da sociedade tradicional; sociedade esta que determina o que a mulher deve ou não fazer e os lugares que ela pode ou não ocupar.

Guta, tanto no Colégio como no ambiente familiar, assume uma postura de resistência, busca uma identidade contrastante com os moldes sociais. Contudo, para uma mulher ir contra os estereótipos enraizados na sociedade torna-se suscetível à desilusão.

As três Marias tiveram destinos diferentes. Maria da Glória conheceu um rapaz “moço, benquisto e amável”; ela foi a única a viver um daqueles romances que elas conheceram nos livros. Guta, ao ver que sua amiga atingiu sucesso perante a sociedade, teve inveja, não pela relação, mas sim pela felicidade que sua condição de mulher casada e realizada proporcionava. “E eu a invejava. É verdade que não era propriamente por causa do bacharel, que, como pessoa, não me interessava muito. (QUEIROZ, 2021, p. 101).

Para Glória, acabava ali sua trajetória de órfã, era a partir do casamento que ela voltara a ocupar um lugar de respeito na sociedade, assumindo uma postura de obediência ao marido:

Toda entregue aos ritos do sacrifício, voltou-se para o marido: Já está na hora de irmos para o sofá, na outra sala? [...] Para Glória, era como se nascesse naquele dia, e nascesse sem dor, vestida de seda branca, amando, sendo amada, e à espera de incomparáveis delícias. (QUEIROZ, 2021, p. 140-141).

Para Maria José, o confinamento, acompanhado da ruptura familiar lhe causou um profundo trauma, o abandono paterno lhe provocou um vazio jamais preenchido. Ela buscava, incansavelmente, um refúgio na religião, de tal forma que

as exigências do Colégio eram para ela a conduta adequada para viver, mesmo que não lhe proporcionassem o mínimo de felicidade.

Maria José, também triste e deprimida, queixava-se muito, e ultimamente, do irremediável caso do pai, discutia com terror o futuro dos meninos criados à solta naquela casa sem homem, sem ao menos o prestígio de um pai morto e virtuoso, como o têm os órfãos de verdade, para os encaminhar na vida. E rezava, rezava cada vez mais perdidamente, rezava como quem chora num desespero; calejava os joelhos, dispersava os dias em horas de adoração, corria das aulas para a bênção, comungava e ia à missa todas as manhãs. (QUEIROZ, 2021, p. 157)

Para Maria Augusta, o caminho foi diferente, ela optou pela transgressão, buscou caminhos distantes do ambiente familiar, ingressou na carreira de datilógrafa, viveu paixões proibidas, teve uma gravidez indesejada e deparou-se com um mundo de decepções. Seus sonhos românticos, acompanhados da independência feminina, não eram possíveis em um contexto patriarcal, e, por isso, ela acaba vivendo o abandono e as decepções características do gênero.

Segundo Marques (2010, p.95), “podemos depreender o nebuloso futuro que espera pela jovem: deflorada, não terá direito a um casamento respeitável; inábil para com as tarefas domésticas, a ela restará sujeitar-se às ordens severas da rígida Madrinha.”

Guta acreditava na felicidade sem a submissão, mas a ingenuidade advinda da sua formação, inclusive literária, acompanhada de uma “educação negativa” que era designada às mulheres de sua época, guiou seu destino para a frustração.

A maneira como as personagens são apresentadas por Rachel de Queiroz caracteriza seu romance como um *Bildungsroman* feminino. A protagonista teve sua formação marcada por preconceitos, tal como discutimos anteriormente sobre os entraves sociais evidenciados no Romance de Formação Feminino. Guta é um exemplo de mulher que tem pensamentos e atitudes transgressoras, abstêm-se ao matrimônio e, em contrapartida, vive o drama do abandono social.

Por se tratar de um *Bildungsroman*, é possível acompanhar a evolução das três jovens, bem como o amadurecimento sentimental e intelectual que se mostra presente ao longo da narrativa. A figura masculina assume um papel coadjuvante, todavia, a desigualdade de gênero sempre interfere negativamente na formação e ascensão da mulher.

4.3 A CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE, SEGUNDO BEAUVOIR

A filósofa francesa, Simone de Beauvoir influenciou os estudos feministas do século XX, trazendo um pensamento existencialista, sobretudo da condição humana, a partir de seus estudos e de seu livro “*O Segundo Sexo*” (1949). Nesta seção, discutiremos as relações de gênero, bem como as posturas atribuídas à figura feminina na construção social ao longo do tempo, e como a mulher é vista sempre como o outro sexo, em segundo plano.

Beauvoir afirma que: “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.” (BEAUVOIR, 1970, v. 1, p. 15). Dessa forma, Beauvoir explica como os gêneros são desenvolvidos na sociedade. O menino, desde cedo, é estimulado a demonstrar criatividade e força; a mulher, por outro lado, é reprimida e educada para os afazeres domésticos, sendo assim diferenciado o gênero mulher do gênero homem.

Nessa formação de gênero, as mulheres são castradas de sua liberdade, ficando em segundo plano, isto é, “segundo sexo”. Beauvoir defende que as meninas não nascem com essas habilidades maternas e domésticas, isso é instituído pela sociedade, desde a infância e reforçada pelas normas sociais. Para tanto, ela fundamenta sua ideia na biologia e discute o que é ser mulher e o que estar na condição feminina, uma vez que é a sociedade que reforça os estereótipos.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume na Sociedade é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1967, v. 2, p. 9.)

Com esse pensamento, Simone de Beauvoir torna-se uma das grandes representantes do movimento feminista, porém, afronta o modelo patriarcal, que, por sua vez, dava à mulher uma “educação negativa”, excluindo sua participação no protagonismo social e tirando o seu direito de decidir sobre sua própria vida. “Assim, a mulher não se reivindica como sujeito porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de Outro.” (BEAUVOIR, 1970, v. 1, p. 15).

Os estudos de Beauvoir reforçam o que foi discutido na seção anterior: para a mulher, a única ascensão aceitável era aquela que tinha um homem no lugar de protagonismo, uma figura masculina capaz de tomar todas as decisões. Nesse véis, o que a sociedade entende por mulher é, na verdade, uma construção social: nem homens, nem mulheres nascem com seus papéis predeterminados.

Por isso, o *Bildungsroman* tradicional alude acerca da formação masculina e sua ascensão social, um caminho cheio de descobertas e aventuras; já a variação feminina do *Bildungsroman* não tem o mesmo desenrolar, visto que existem – nas trajetórias femininas – entraves comuns ao “segundo sexo”.

À vista disso, os seres humanos são separados pelo sexo. Tanto o feminino como o masculino têm destinos esperados pela sociedade.

embora haja uma conduta masculina determinada, a esse ser humano, do sexo masculino, cabe a aventura, a mobilidade e a conquista, o que caracteriza maior possibilidade de lançar-se para o futuro, de transcender a sua situação e os seus limites do que no caso da mulher, que é votada à imanência, à repetição e vista como objeto; a ela será necessário um esforço maior para afirmar sua liberdade e justificar a sua existência de acordo com suas escolhas sobrepostas ao que é dado. (OLIVA, 2013, p. 49-50)

Desvincular-se dessa concepção patriarcal de organização social envolve fatores históricos e sociais, uma vez que o ser humano está condicionado a sua situação. Ao fazer suas escolhas, seja homem ou mulher, subjetivamente, os princípios ensinados desde a infância permeiam os pensamentos e norteiam as ações.

Dessa maneira, já que a formação histórica e social espera dos indivíduos comportamentos específicos relativos ao seu sexo biológico, a desigualdade de gênero não surge a partir da postura esperada pela sociedade, mas sim de qual postura é esperada. Ou seja, para o homem espera-se sucesso, liderança e projeção de futuro; para a mulher, a submissão ao matrimônio e à maternidade, bem como a passividade e a omissão de suas escolhas. Assim como Oliva (2013), pontua:

As escolhas são feitas dentro desse contexto, do mundo social feito antes do indivíduo nascer, no qual ele entra como se fosse o único mundo possível, um mundo natural; essa inserção que começa no dia de seu nascimento continua ocorrendo ao longo de toda a sua

vida por todas as instituições que o cercam. A situação, que se dá em uma certa ordem social, implica em controle do indivíduo. (OLIVA, 2013, p. 49).

É pertinente salientar que o indivíduo que não segue o seu papel social é considerado desviante. No entanto, é natural que o homem aceite e busque o sucesso que a sociedade lhe estabelece. Já a mulher que se opõe a obediência e a vida do lar – buscando assim independência, dedicando-se aos estudos, ao trabalho e a escrita, ao invés de dedicar-se ao casamento – sofre o abandono social.

No romance de Rachel de Queiroz aqui analisado, fica evidente como as concepções sociais norteiam o destino das personagens. A protagonista Maria Augusta sofre os julgamentos e o abandono: ao buscar sua liberdade, acaba encontrando frustrações e percalços comuns ao seu sexo.

Depois de vários desencontros amorosos, retorna para casa excluída por não se enquadrar na figura de “Anjo do lar”. A personalidade de menina sonhadora vai dando espaço para o descontentamento. Ao final da narrativa, Maria José percebe seu infortúnio: “- Você vive tão deprimida, Guta, tão triste! Sempre foi precoce; e já está solteirona, nesta idade.” (QUEIROZ, 2021, p. 171).

A insatisfação que envolve a vida de Guta é resultante de seus sonhos de viver sua sexualidade e sua independência, dentro de uma sociedade que não lhe dava esse direito; resistir aos costumes patriarcais lhe causou profundas frustrações, dentro e fora do Colégio. Mesmo recebendo uma educação conservadora, ela esperava que fora dos muros do Colégio poderia ser livre, mas os ensinamentos que recebera, enquanto menina, eram – na verdade – as concepções sociais que lhe esperam enquanto mulher na sociedade. Ao deparar-se com as tarefas domésticas, acompanhadas da cobrança familiar, Guta se questiona:

Mas, Deus do céu, ela não via, papai não via, ninguém via, que o único desejo do meu coração era derrancar hábitos, esquecer a escravidão do sino, das rezas, da cama feita? Para que sair do Colégio, para que ser afinal uma mulher, se a vida continuava a mesma e o crescimento não me libertara da infância? (QUEIROZ, 2021, p. 92)

Diferentemente de suas amigas que seguiram os ensinamentos, Guta não aceita esse papel que os princípios sociais determinavam, mesmo diante da decepção, ela busca fugir.

É difícil exprimir em algumas linhas tudo o que foi para mim esse tempo decisivo, que exigiria talvez um livro, só ele, para dizer as minhas rebeldias, minhas lágrimas à noite, meu desesperado desejo de fuga, que chegou a ser quase uma obsessão. (QUEIROZ, 2021, p. 92)

Após tantos desencontros, a protagonista tem consciência que sua objeção não permitiu ascendência, que seu caminho rumo à independência teve barreiras determinantes, mas ela reconhece sua luta e seu brilho.

Olho as Três-Marias, juntas, brilhando. Glória reluz, impassível, num raio seguro e azul. Maria José, pequenina, fulge tremendo, modesta e inquieta como sempre. E eu, aí de mim, brilho também, hei de brilhar ainda por muito tempo — e parece que a minha luz tem um fulgor molhado e ardente de olhos chorando. E nem sei quanto tempo hei de ficar ainda, sozinha e desamparada, brilhando na escuridão, até que minha luz se apague. (QUEIROZ, 2021, p. 214)

Cada uma das três Marias segue trajetórias singulares, conduzidas pelas rupturas familiares, pelas privações, pelo abandono e pelo silêncio. Para Guta, a possibilidade de felicidade permitida para seu sexo, naquela época, não era – de fato – felicidade, assim: ser aceita pela sociedade era tornar-se prisioneira dela.

Os percalços experienciados pela protagonista não se diferenciam dos enfrentados pelas escritoras aqui visitadas, à vista disso, percebemos o discurso autobiográfico na construção das personagens e na ambientação da obra de Rachel de Queiroz. Ela teve uma educação tradicional, tal como sua personagem, sofreu com as amarras sociais, mas sempre evidenciando sua aversão aos padrões vigentes. Tornou-se escritora fazendo ecoar sua voz e – no meio de tantas outras mulheres – a partir de sua personagem contestadora e determinada, fez-se ouvida.

As mulheres de Rachel, Conceição (*O Quinze*), Maria Augusta (*As três Marias*) e, Maria Moura (*Memorial de Maria Moura*), são construídas a partir de “lembranças reconstruídas” da própria escritora. Segundo Maurice Halbwachs, (1990) essas lembranças observadas na obra de Rachel de Queiroz se dão a partir da reconstrução do passado sob uma perspectiva do presente.

Rachel de Queiroz foi estudante do Colégio da Imaculada Conceição e vivenciou as práticas educacionais que conduziam o futuro das mulheres de sua época. Em seu romance, a escritora externou, com propriedade, como se dava a

educação formal para as moças, assim como o futuro da mulher educada no internato; por tudo isso, seu romance:

É fonte documental que alarga o conhecimento histórico, especialmente o da história da educação do Ceará, já que a obra é embasada pelas vivências da autora quando estudante do internato do Colégio da Imaculada Conceição, instituição pioneira na instrução formal feminina do Estado. (SOUSA e FERNANDES, 2019, p. 2)

A partir das memórias reconstruídas por Rachel de Queiroz, expressas em seu romance *“As três Marias”*, percebemos como o modelo educacional era organizado. Verificamos, também, a lenta entrada da mulher no mercado de trabalho e as supostas profissões femininas. As legislações desse período, tanto as educacionais, quanto as trabalhistas, davam às mulheres um espaço restrito na sociedade, por isso, a conquista de direitos foi tardia, lenta e desigual.

A liberdade feminina foi vista, por muito tempo, como uma ameaça à família tradicional e, conseqüentemente, ao patriarcado. As lideranças políticas e econômicas ainda estavam no poder masculino e permaneceram assim por muito tempo.

Rachel de Queiroz, assim como outras mulheres de classe média, começaram a ocupar cargos no meio urbano e, com isso, cresciam as reivindicações pela busca de igualdade trabalhista e educacional. A partir de sua escrita jornalística e literária, a escritora promove reflexões e questiona a existência monótona da mulher limitada às tarefas do lar. Esses discursos estremecem – cada vez mais – a relação ente homens e mulheres, mas as armadilhas discursivas enraizadas desde a formação do Estado brasileiro buscam rótulos na tentativa de manter a hegemonia do patriarcado.

Assim, o rótulo de solteirona foi criado para intimidar as mulheres que buscavam a independência em detrimento da vida matrimonial. Como forma de reação para combater as ideias que eram consideradas contrárias à ordem familiar tradicional, o Estado considerava improprias quaisquer tentativas de mudar os costumes, mantendo assim as mulheres afastadas da vida profissional e intelectual. Para que a ordem social fosse preservada, a emancipação feminina deveria ser barrada, as transformações sociais causavam medo nas organizações de poder e, por isso, a ascensão feminina passou por tantos percalços.

A personagem Guta representa a solteirona, mesmo educada sob uma educação conservadora, ela rejeita todos os papéis sociais que, tradicionalmente, cabiam às mulheres, ela buscava sentir-se independente e, nessa busca, é constantemente abandonada e rejeitada socialmente:

Essa rejeição baseia-se, primeiramente, numa atitude romântica de sentir-se diferente, e num desejo de independência que nunca considera objetivamente o peso da responsabilidade que tal independência acarreta. Repudiando os papéis femininos tradicionais, Guta tampouco consegue romper com sua formação conservadora. (PINTO,1990, p. 74)

Na busca por ascensão, ela sai do interior rumo à cidade grande, na tentativa de realizar seus anseios, porém, pouco tempo depois, retorna à casa de seu pai, sem conquistas, rejeitada e decepcionada com os fracassos amorosos que viveu. Um desfecho comum aos *Bildungsroman* femininos, como discutido anteriormente.

O romance de formação feminino é marcado por fracassos e decepções, a busca por ascensão é bloqueada pelos percalços sociais, por isso, classificados como: “*Bildungsroman* fracassado, apresentando o desenvolvimento de uma personalidade cujo destino final é a desesperança, a espera resignada de que a morte venha, por fim, acabar com o tédio e o vazio da vida” (PINTO, 1990, p. 75).

Guta busca crescer e se desenvolver, questiona as diferenças de classes e de gênero, como também, questiona a sua própria educação formal. Entretanto, as convenções sociais não dão possibilidades, os óbices conduzem a personagem ao abandono social. Dessa forma, ela termina sua narração, reconhecendo seu brilho apesar das tentativas de apagá-lo, pois, mesmo decepcionada, não cedeu aos preceitos sociais.

O romance de Rachel de Queiroz proporciona reflexões importantes sobre a mulher na sociedade, sendo um romance de formação, os entraves comuns às trajetórias femininas são evidenciados. Os infortúnios, tanto durante a formação quanto no desfecho, não são por timidez ou aceitação da autora, mas sim por ousadia. Para Pinto (1990), ao evidenciar as diferenças relativas ao sexo, sem mostrar soluções para os percalços vividos, a autora “coloca em xeque certas condutas tradicionalmente aceitas pela sociedade e provoca a reação da leitora ou leitor, contribuindo assim para o questionamento das estruturas sociais vigentes.” (PINTO, 1990, p. 75).

As possibilidades de sucesso e realização pessoal são esmagadas pelas restrições sociais. Os anos de formação dentro do Colégio interno evidenciam como a mulher era educada dentro dos costumes sociais e a realidade exterior ao Colégio – marcada por preconceitos e controles sociais – corroboram para a manutenção do patriarcado, evidenciando, assim, os percalços da mulher na sociedade ao longo da história de formação do Estado brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou trazer à luz os percalços enfrentados pela mulher em uma sociedade patriarcal, observados a partir da vida e da obra de Rachel de Queiroz, especificamente no Romance de Formação, “*As Três Marias*”. Para tanto, partimos da definição e construção do Romance de Formação na Alemanha em 1795 e, posteriormente, em 1810, ao surgimento do termo “*Bildungsroman*”.

Em seu período inicial, o *Bildungsroman* foi um instrumento de valorização da burguesia, criado com o intuito de narrar a ascensão do homem burguês. Ainda entendendo o contexto de surgimento, nos atentamos para o desenvolvimento do gênero romance, como se deu sua evolução a partir da epopeia, acompanhado pelas mudanças histórico-sociais, acentuando, assim, um vínculo entre o gênero e os estudos históricos. A maneira como o tempo e o espaço se formam e se transformam no decorrer da narrativa contribui para o surgimento do herói do romance, variável e autônomo, responsável por seu destino, diferente do herói da epopeia. Nesse contexto de tomada de decisões, de erros e de incertezas, surge o romance de formação, capaz de narrar a complexidade das relações sociais.

Assim, um novo perfil de herói é criado pela sociedade burguesa, um herói problemático, que busca caminhos para sua evolução física e psicológica, suas ações são norteadas por seus objetivos e influenciadas pela realidade social. Com essa contextualização, objetivamos compreender como as convenções sociais influenciaram o Romance de Formação, e como as questões de gênero permeiam essas escritas, uma vez que, em seu momento inicial, era um gênero de autoria masculina com o intuito de narrar o sucesso do homem burguês. Isso dificultou o surgimento de uma variante feminina, pois o crescimento social escrito no *Bildungsroman* não era permitido às mulheres.

Percebemos também que, a partir dos primeiros *Bildungsroman* de autoria feminina, as trajetórias não tinham muito sucesso, eram marcadas pela exclusão e pela submissão. Nesse ponto, nossa pesquisa liga-se aos estudos históricos, a condição da mulher no romance de formação de autoria feminina remete à sua situação, bem como sua insatisfação perante o meio social no qual essas escritoras estavam imersas. E assim refletimos sobre a mulher e a literatura, sobretudo os percalços ao conquistar seu espaço dentro de um universo hegemonicamente masculino.

Após as definições e contextualizações iniciais, projetamos nosso estudo para o romance de autoria feminina no Brasil, inaugurado pela escritora afrodescendente, Maria Firmina dos Reis. Além do início tardio, outras escritoras do século XIX tiveram suas obras silenciadas e duvidadas, o que contribuiu para o anonimato de muitas escritoras brasileiras. Ao longo do primeiro capítulo, fizemos um trajeto pelo *Bildungsroman* feminino no contexto nacional, não deixando de notar as barreiras sociais impostas ao gênero. A partir disso, enxergamos a literatura como uma subversão aos preconceitos patriarcais, pois – ao narrar as trajetórias femininas – as escritoras denunciam o meio social em que estão inseridas e como seus desfechos são tendenciados pelas convenções patriarcais.

Não era permitido à mulher espaço para dedicar-se à escrita, por isso foi tão lenta e tardia a entrada feminina na literatura, a ideia de natureza feminina era erroneamente associada, exclusivamente, aos afazeres domésticos e ao cuidado com a família; diante disso, a educação formal era um privilégio, sobretudo, masculino. Rachel de Queiroz fez ecoar a voz de muitas outras mulheres que a antecederam. Nascida em uma família de intelectuais, teve acesso à educação formal, teve forte engajamento na política, no meio jornalístico e no meio literário, ganhou reconhecimento de sua obra ainda em vida, conquistou grandes prêmios e abriu caminhos para muitas outras escritoras.

A partir dela, a voz feminina entrou no campo social, com narrativas fortes e personagens transgressoras. Por isso, ela teve também sua obra duvidada e causou incômodo na sociedade patriarcal em que estava inserida. Os flagelos da seca, o sistema carcerário brasileiro, a vida reclusa e o empoderamento feminino em oposição aos bons costumes sociais foram alguns dos temas abordados em suas narrativas. Ao estudar sobre as convenções sociais que permeiam a vida e a obra de Rachel de Queiroz, foi necessário visitar o contexto histórico, bem como as raízes do patriarcado brasileiro e como isso interferiu na formação feminina.

No nosso segundo capítulo, entendemos como o patriarcado foi enraizado socialmente e culturalmente no Brasil, a partir das condições sociais, econômicas e políticas desde o Período Colonial. Nesse período, o poder econômico estava centralizado na exportação agrária, reafirmando a superioridade da figura masculina em detrimento da feminina; como é possível verificar nos senhores de engenho. Posteriormente, com o declínio desse sistema econômico, surgiu a figura do

bacharel, mais uma vez permitido unicamente ao homem. Nesse contexto, à mulher – ainda com as tarefas associadas à maternidade – foi dada a responsabilidade de transcender os costumes vigentes aos seus filhos, contribuindo assim para a manutenção do patriarcado.

As mudanças políticas continuaram ocorrendo e, com isso, novas legislações foram sendo criadas, fez-se necessário visitar algumas legislações para analisar como estavam sendo levados em consideração os direitos femininos. Com isso, vimos que, para as legislações, o papel feminino não ganhava novos encargos; mesmo com o avanço econômico e urbano, a exigência do cumprimento das atividades domésticas ainda estava dedicada às mulheres. Os documentos oficiais evidenciam os abismos existentes entre os gêneros, a CLT de 1943 assegura o ingresso da mulher no mercado de trabalho, porém esta só poderia trabalhar com a permissão de seu marido, mesmo assim enxergam isso como uma maneira de escapar da tutela masculina.

Com isso, a carreira profissional feminina passou a ser vista como ameaça à família tradicional. Ao passo que muitas mulheres buscavam a subversão, na tentativa de frear o empoderamento feminino, o estigma de “solteira” foi criado. Desse modo, as mulheres foram separadas socialmente no grupo das casadas e das solteiras, a mulher solteira, por sua vez, era vítima do abandono social, conhecida como a rejeitada, de forma que até as próprias mulheres tivessem medo dessa condição social. Diante disso, percebemos as armadilhas discursivas que, de diferentes formas, aprisionam a mulher dentro do patriarcado.

O intuito dessa configuração social era que tanto as mulheres casadas como as mulheres solteiras não tivessem protagonismo social, as profissões que lhes eram permitidas não diferiam de seus afazeres no lar, tinham a função de ensinar e educar para a manutenção das convenções patriarcais. Esse parâmetro histórico-cultural nos fez perceber, além das raízes do patriarcado, as estratégias de manutenção ao longo do século XIX e XX. Constatamos esse viés social tomando como base as trajetórias femininas apresentadas no *Bildungsroman* de Rachel de Queiroz, “*As Três Marias*”. As meninas, desde cedo, recebem uma educação conservadora, o que as preparam para a vida matrimonial, no entanto os questionamentos, principalmente da protagonista Guta, mostram como aquela

realidade causa insatisfação, porém ir contra as convenções sociais tão enraizadas culmina no abandono social.

Por fim, essa pesquisa buscou analisar como o tradicionalismo, os dilemas morais e as orientações religiosas conduziram a trajetória das mulheres a partir do romance analisado. Em nosso terceiro capítulo, vimos os percalços enfrentados pelas três Marias, desde os motivos que as conduziram até o colégio interno, até a vida adulta. Elas recebem uma educação formal que as projetam para a vida matrimonial e sonham com essa tal liberdade que seria proporcionada pelo casamento, no entanto a protagonista, Guta, almeja uma felicidade de uma independência diferente, longe dos afazeres domésticos e, por isso, é criticada; seus questionamentos são considerados indecentes para uma menina que recebera a educação tradicional que ela recebeu, seus anseios e sua subversão culminam no abandono social comum às mulheres solteiras.

Como narradora, Guta faz uma reflexão dos destinos de cada uma de suas amigas, e mesmo com suas ideias contrárias ao modelo patriarcal que foram formadas, ela reconhece que a única que alcançou a felicidade foi Maria da Glória, pois foi a única que se dedicou ao casamento e integrando-se novamente a um meio familiar. Maria José dedicou-se à religião, o drama do abandono lhe acompanhou por toda vida, viveu rodeada de culpas e insatisfações, por muitas vezes questionou as opiniões e decisões de Maria Augusta, principalmente porque teve romances conturbados e amores proibidos. Maria José foi, para Guta, uma extensão do tradicionalismo vivido dentro do colégio, sempre freando e julgando os desejos de liberdade e transgressão.

À vista disso, mesmo questionando e lutando contra os preceitos patriarcais, os percalços comuns ao gênero configuram-se como uma forte barreira na jornada feminina. As estratégias de manutenção do patriarcado buscam manter a supremacia masculina, considerando o feminino como um segundo sexo, sem autonomia e protagonismo. Para tais percepções, foi necessário analisar um romance de formação e nele buscar os traços que evidenciam os entraves sociais femininos, bem como a subversão de Rachel de Queiroz e de outras escritoras que fizeram ecoar a voz feminina.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Rachel de Queiroz- Biografia**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/rachel-de-queiroz/biografia>. Acesso em: 22 de julho de 2022.

ACORDI, Daiana da Rosa. **Da chibata ao magistério: a trajetória da educação feminina no Brasil patriarcal**. Revista Estudos Feministas. ISSN 1806-9584, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000300022>. Acesso em: 16/12/2022.

BARROSO, Maria Alice. **A mulher na literatura brasileira**. In Seminário de Literatura Brasileira – ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

CAMINHA, Edmílson. **Rachel de Queiroz: a Senhora do Não Me Deixes**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010
CÓDIGO CIVIL, Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1916. Acesso em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 18 de dezembro de 2022.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União (DE 16 DE JULHO DE 1934). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 18 de dezembro de 2022.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (1937). Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 10 novembro de 1937. Art. 136. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 18 de dezembro de 2022.

COQUEIRO, Wilma Dos Santos. **Poéticas do Deslocamento:** Representações de Identidades Femininas no Bildungsroman de Autoria Feminina Contemporâneo. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2014.

DIAS, Daise Lilian Fosneca. **A Subversão das Relações Coloniais em o Morro dos Ventos Uivantes:** questões de gênero. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

ESTEVES, Natália Cabral dos Santos. **Conquistas Femininas Durante O Governo Vargas.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

FANINI, Michele Asmar. **Júlia Lopes de Almeida:** entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras. Araraquara: Estudos de Sociologia, v.14, n.27, p.317-338, 2009

FRACCARO, Glaucia. **O Direitos das Mulheres:** Feminismo e Trabalho no Brasil (1917- 1937). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018

GALBIATI, M. A. **Revedo o gênero:** a representação da mulher no Bildungsroman feminino contemporâneo. 2013.Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São José do Rio Preto - SP, 2013.

GALBIATI, M. A. **(Trans)formação e representação da mulher no Bildungsroman feminino contemporâneo.** Estudos Linguísticos, São Paulo, 40 (3): p. 1716-1728, set-dez 2011.

GILBERT, Sandra e GUBAR, Susan. ***The Madwoman in the Attic: The Woman Writer and the Nineteenth-Century Literary Imagination.*** New Haven: Yale University Press, 1984.

GOETHE, J. W. **Os Anos de aprendizado de Wilhelm Meister.** São Paulo, Ensaio, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **As Melhores Crônicas de Rachel de Queiroz.** São Paulo: Global, 2012.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Os estudos de gênero e a mágica da globalização** (2005). Heloísa Buarque de Hollanda Projetos (website). Disponível em: <https://www.heloisabuarquedehollanda.com/> Acesso em: 06 de dezembro de 2022.

IWAMI, Sylvia Beatriz Ramos. **Crueldade e Melancolia em o Morro dos Ventos Uivantes, de Emily Brontë.** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2006.

LARA, A. M. **Políticas de redução da desigualdade sociocultural. Educação & Formação,** Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 140-153, 2016. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/118/101> Acesso em: 17 out. 2022.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução, posfácio e notas José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

MAAS, W. P. M. D. **O cânone mínimo**: o Bildungsroman na história da literatura. São Paulo: Editora UNESCO, 2000.

MAIA, Cláudia de Jesus, **A invenção da solteirona**: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890 – 1948). Brasília: Universidade de Brasília – DF, 2007)

MARQUES, Jorge. **Condição feminina e confinamento em As três Marias, de Rachel de Queiroz**. Rio de Janeiro: Diamorim, 2010.

OLIVA, Juliana. **Identidade e reciprocidade em o segundo sexo de Simone de Beauvoir**. Dissertação (Pós-Graduação Stricto Sensu em Filosofia) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, L.N; ANDRADE, A. S. Rachel de Queiroz: **Representação da Escrita Nordestina Feminina**. Piauí: Universidade Federal do Piauí, Programa de pós-Graduação em Letras, 2017. QUEIROZ, Rachel de, O Quinze. 113ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ltda., 2020.

PINTO, Cristina Ferreira. **O Bildungsroman feminino**: quatro exemplos brasileiros. São Paulo: Perspectiva, 1990.

QUEIROZ, Rachel. **As três Marias**. 32ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021

QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. 113ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ltda., 2020

RAMOS, Graciliano. **Caminho de pedras**. In: Linhas tortas. 18ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

REIS, Maria Firmina dos, **Úrsula**. 2ª ed. São Paulo: cadernos do mundo inteiro: 2018.

RIO, J. do. **O Momento Literário**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994

SCHWARCZ, Lília M; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1. ed. 2015.

SOUSA, Francisca Genifer Andrade de; FERNANDES, Francisca Risolene. **Análise de conteúdo de “As três Marias” e a instrução feminina cearense**: práticas educativas, vigilância e transgressão. Rev. Pemo, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3484>

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

WANDERLEY, Márcia Cavendish. **A voz embargada**. São Paulo: EDUSP, 1996.

WOOLF, Virginia. **Profissões para Mulheres e outros artigos feministas**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Hasvest. São Paulo: Alaúde Editorial 57 Ltda., 2014.